

SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina

CNPJ nº 61.699.567/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, e Laboratório oradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança

corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicó-

logos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira

Presidente do Conselho Administrativo da SPDM

Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro (Valores em Reais Com e Sem Restrição)	2.016		2.015	
	Saúde	Assistência	Consolidado	Consolidado
Ativo	Com Restrição	Sem Restrição	Com Restrição	Consolidado
Ativo Circulante	4.276.633.693,12	51.068.198,16	16.782.046,20	3.663.705.276,14
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	205.045.417,56	8.893.595,28	4.104.048,35	192.551.071,78
Caixa	25.305,22	4.000,00	0,00	30.280,00
Bancos conta movimento	8.048.519,22	829.973,27	22.707,80	8.823.627,63
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	196.971.593,12	8.059.622,01	4.081.340,55	183.697.164,15
Clientes (Nota 3.3)	3.820.446.353,10	28.420.134,45	12.612.443,53	3.249.797.978,65
Convênio SUS	0,00	15.925.611,84	0,00	16.395.967,43
Valores a receber - Convenios e Particulares	0,00	14.506.153,79	0,00	15.320.194,50
Assistências Governamentais a receber	120.640.618,66	0,00	0,00	83.909.774,51
PessoaM.S.P - Rede Assistência Supervisão Saúde Butanta	45.378.005,04	0,00	0,00	0,00
PessoaM.S.P - Hospital Vereador José Storopoli	53.027.958,96	0,00	0,00	48.636.883,81
PessoaM.S.P - Rede Assistência Supervisão Tecnica Saude Vila Maria/ Vila Guilherme	139.759.014,15	0,00	0,00	121.072.845,06
PessoaM.S.Pessoa - Projeto Rede	29.449.279,59	0,00	0,00	27.056.273,36
PessoaM.S.Pessoa- Ipiranga/Jabaquara /Vila Mariana	218.655.926,96	0,00	0,00	91.499.195,39
PessoaM.S.P Rede Pari Belém Brás Tatuapé Mooca Agua	57.623.177,12	0,00	0,00	20.330.759,43
PessoaM.S.P Rede Assistência D.A Vila Prudente São Lucas	75.234.116,08	0,00	0,00	40.387.776,51
PessoaM.S.Pessoa - Rede Assistência STS PerusobrePirituba	208.438.158,79	0,00	0,00	77.319.617,30
PessoaM.S.P -Rede Assistência Vila Formosa, Carrão e Aricanduva	167.970.509,33	0,00	0,00	10.546.525,41
PessoaM.S.P Rede Assistência Vila Formosa, Carrão e Aricanduva	0,00	0,00	0,00	93.510.673,13
PessoaM.S.Pessoa - AMAS Hospitalares	14.427.092,49	0,00	0,00	14.342.690,83
PessoaM.S.P - PSMVM Baixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Município de Diadema - PAIS	89.169.217,73	0,00	0,00	19.177.444,35
Prefeitura Município São José dos Campos	107.774.676,57	0,00	0,00	78.965.019,77
Prefeitura Município de Campinas	3.385.533,25	0,00	0,00	70.442.256,03
Programa de Atenção Integral à Saúde	6.659.241,04	0,00	0,00	6.480.516,20
Prefeitura Município de Guarulhos	61.006.293,29	0,00	0,00	29.050.293,29
Prefeitura Município de Uberlândia	36.712.586,09	0,00	0,00	54.916.240,24
Prefeitura Município de Taboão da Serra	18.513.137,21	0,00	0,00	80.463.629,57
Prefeitura Município do RJ - UPA Engenho Dentro	0,00	0,00	0,00	49.293.919,17
Prefeitura Município do RJ - PAIS A.Pessoa 3.2	126.892.643,82	0,00	0,00	144.919.642,75
Prefeitura Município do RJ - UPA João XXIII	18.559.175,40	0,00	0,00	69.089.338,04
Prefeitura Município do RJ - A.P 1.0	83.492.339,76	0,00	0,00	86.075.860,18
Prefeitura Município do RJ - Cer Santa Cruz	27.952.052,24	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Município do RJ - Hospital Pedro II	122.160.707,54	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Município do RJ - PAIS RJ	165.022.017,15	0,00	0,00	121.566.183,40
Prefeitura Município do RJ - Cer Leblon 2.1	33.128.632,27	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Município do RJ - Centro de Apoio Gestão de Eventos	39.981.157,73	0,00	0,00	28.054.162,95
Prefeitura Município do RJ - UPA Sepetiba	15.867.817,36	0,00	0,00	231.964,19
Prefeitura Município do RJ - UPA Paciência	15.867.412,17	0,00	0,00	259.691,45
SES SP - Hospital Pirajussara	125.622.000,00	0,00	0,00	120.240.000,00
SES SP - Hospital de Diadema	116.235.000,00	0,00	0,00	110.400.000,00
SES SP - Hospital Clínica Luzia de Pinho Melo	84.530.740,00	0,00	0,00	158.622.355,50
SES SP - Núcleo M. Zélia	41.716.860,00	0,00	0,00	40.112.364,00
SES SP - Núcleo Várzea Carmo	13.620.000,00	0,00	0,00	14.860.000,00
SES SP - AME São José dos Campos	26.277.982,50	0,00	0,00	18.376.212,00
SES SP - CAPS Itapeva	1.300.000,00	0,00	0,00	650.000,00
SES SP - NGA Sta Cruz	724.378,00	0,00	0,00	724.378,00
SES SP - CEAC Zona Leste	11.266.050,16	0,00	0,00	34.198.571,78
SES SP - Hospital Dr Euryclides Jesus Zerbini	151.987.200,00	0,00	0,00	145.680.000,00
SES SP - AME Psiquiatra Dra Jandira Masur	12.337.920,00	0,00	0,00	12.096.000,00
SES SP - CRATOD	10.138.629,27	0,00	0,00	6.663.126,22
SES SP - CR Lucy Montoro	15.967.680,00	0,00	0,00	4.752.315,00
SES SP - Projeto Helvetia	15.600.000,00	0,00	0,00	15.310.915,50
SES SP - Instituto de Ensino	5.275.734,10	0,00	0,00	21.743.261,46
SES SP - AME Idoso Oeste	9.360.000,00	0,00	0,00	0,00
SES SP - Hospital Geral de Guarulhos	176.940.000,00	0,00	0,00	167.160.000,00
SES SP - Hospital Pedreira	139.608.000,00	0,00	0,00	132.960.000,00
SES SP - CEAF VM	8.886.924,08	0,00	0,00	0,00
SES SP - AME Taboão	10.082.376,00	0,00	0,00	9.422.784,00
SES SP - AME Idoso Sudoeste	9.652.680,00	0,00	0,00	0,00
SES SP - AME Mogi das Cruzes	10.471.716,00	0,00	0,00	7.699.788,00
Secretaria Direitos Pessoa com Deficiência Ipiranga	0,00	0,00	8.344.120,82	6.887.261,66
Secretaria Direitos Pessoa com Deficiência Visual	0,00	0,00	3.984.822,04	0,00
SES SC - Ararangua SC	37.559.323,08	0,00	0,00	35.236.898,55
SES SC - Hospital Estadual de Florianópolis	53.061.675,40	0,00	0,00	52.650.291,31
PAIS - SAMU Santa Catarina	34.222.022,72	0,00	0,00	119.706.402,36
SAMU CONSAVAP	17.359.552,08	0,00	0,00	16.188.508,26
Contrato de Gestão - PAIS -P.A/P.S	0,00	0,00	0,00	383.115,18
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.7)	346.431.119,72	122.417,31	283.500,67	182.986.981,70
Valores em Negociação - Contrato Convênio (Nota 3.3.1)	231.462.292,20	0,00	0,00	309.337.435,71
PCLD-Provisão de Credito Liquido Duvidosa - Privados (Nota 3.9)	0,00	-2.134.048,49	0,00	-1.473.741,87
Prefeitura Municipal de São Paulo- Hospital Montenegro	0,00	0,00	0,00	455.964,77
Prefeitura Municipal de São Paulo - UNAD	0,00	0,00	0,00	4.038.773,06
Outros Créditos	140.033.968,38	6.392.406,19	26.587,85	146.452.962,42
Adiantamentos a fornecedores	2.628.943,12	62.117,30	16.391,84	2.129.145,57
Antecipações salariais	507.685,86	50.889,86	0,00	425.489,45
Antecipação de férias	17.449.776,72	52.776,75	7.277,01	15.026.238,98
Outros créditos e adiantamentos	612.236,80	116.821,89	2.919,00	68.869.976,73
Depósito judicial	2.999.789,95	0,00	0,00	5.579.789,09
Parcelamentos - Hospital Municipal Vereador José Storópoli	0,00	282.273,66	0,00	360.000,00
Adiantamento 1ª Parcela 13º Salário	0,00	11.032,72	0,00	0,00
Valores a recuperar	581.432,81	14.800,00	0,00	527.293,29
Adiantamento SPDM	110.877.306,81	1.898.420,47	0,00	0,00
Valores Transitáveis	4.376.796,31	686.615,23	0,00	0,00
Estrutura SPDM	0,00	3.216.658,31	0,00	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente	1.150.220,83	45.832,57	9.132,96	12.157.397,45
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 10)	1.150.220,83	45.832,57	9.132,96	12.157.397,45
Estoques (Nota 3.4)	109.957.733,25	7.316.229,67	29.833,51	116.280.895,15
Materiais utilizados no setor de nutrição	1.428.381,77	166.629,10	10.293,07	1.604.343,71
Materiais utilizados no setor de farmácia	9.397.851,85	4.412.289,76	309,62	13.158.618,06
Materiais de almoxarifado	17.995.934,94	1.502.432,67	19.230,82	19.044.226,18
Empréstimos de materiais a terceiros	2.172.277,67	1.234.878,14	3.407.155,81	3.333.105,43
Outros materiais transitáveis / Produção SPDM	3.702.874,50	0,00	0,00	15.618,69
Operações com Materiais de Terceiros	75.260.412,52	0,00	0,00	79.124.983,08
Ativo Não Circulante	5.247.572.620,73	213.377.434,99	11.562.383,04	2.916.857.872,39
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.121.650.809,15	4.584.329,21	11.284.756,29	2.588.210.968,88
Despesas / Custos do Exerc. seguinte	0,00	688,22	0,00	33.162.550,14
Valores a receber (Nota 3.3)	0,00	3.136.283,94	0,00	2.553.603.564,63
Depósito Judicial	3.734.857,55	1.447.357,05	0,00	1.444.854,11
ContratosobreConvênios Públicos a Receber	5.117.915.951,60	0,00	11.284.756,29	0,00
Ativo Imobilizado - Bens Próprios (Nota 3.16)	9.607.660,40	227.061.180,71	0,00	224.371.055,04
Imobilizado Próprio fora de Operação	2.391.416,01	30.717.833,75	0,00	22.976.128,63
Imobilizado Próprio em Operação	7.216.244,39	196.195.644,71	0,00	201.394.926,41
Bens Imóveis - Benfeitorias propria terceiros	0,00	147.702,25	0,00	0,00
Depreciações (Nota 3.16)	-436.820,80	-26.970.623,58	0,00	-22.654.269,40
Depreciação Imobilizado Próprio	-436.820,80	-26.893.926,25	0,00	-22.310.917,04
Depreciação Acumulada Imóveis-Benfeitoria propria terceiros	0,00	-76.697,33	0,00	-343.352,36
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.16.1)	115.391.090,77	8.199.823,52	274.767,10	126.389.383,25
Imobilizado - Bens de Terceiros	232.432.315,43	6.645.976,49	396.322,26	224.695.106,64
InstalaçõesobreEdificações	0,00	1.926.031,84	0,00	0,00
Bens em processo de transferência	9.196.549,48	0,00	0,00	23.129.589,83
Benfeitorias - Propriedades de Terceiros	30.852,04	0,00	0,00	7.022.370,25
Benfeitorias - Unidade Recomeço Helvetia	10.747.282,92	0,00	0,00	0,00
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros	-137.015.909,10	-372.184,81	-121.555,16	-128.457.683,47
Ativo Intangível (Nota 3.17)	1.359.881,21	502.725,13	2.859,65	540.734,62
Intangível Próprio	0,00	674.394,06	0,00	540.734,62
Amortização Acumulada - Intangível Próprio	0,00	-182.393,95	0,00	0,00
Intangível de Terceiros	3.420.396,39	14.300,00	4.400,00	0,00
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros	-2.060.515,18	-3.574,98	-1.540,35	-2.065.630,51
Total do Ativo	9.524.206.313,85	264.445.633,15	28.344.429,24	6.580.563.148,53

Continua ...



Balancos Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro (Valores em Reais Com e Sem Restrição)	... Continuação		2.016		2.015	
	Saúde		Assistência	Consolidado	Consolidado	
	Com Restrição	Sem Restrição	Com Restrição			
Passivo	4.387.694.565,81	178.513.096,75	16.782.046,20	4.582.989.708,76	3.594.485.542,59	
Passivo Circulante	4.387.694.565,81	178.513.096,75	16.782.046,20	4.582.989.708,76	3.594.485.542,59	
Fornecedores	54.935.339,85	21.359.823,10	17.437,40	76.312.600,35	50.082.545,05	
Juros a apropriar sobre compras a prazo	-1.419,23	-4.680,73	0,00	-6.099,96	0,00	
Cheques emitidos a compensar	0,00	1.784.176,20	0,00	1.784.176,20	5.641.749,05	
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	68.824.467,45	5.303.592,30	132.049,40	74.260.109,15	48.113.654,12	
Serviços de Terceiros Pessoa Física	2.847.582,09	276.921,50	49.362,06	3.173.865,65	3.331.216,34	
Salários a pagar	125.268.898,03	9.836.406,18	178.732,40	135.284.036,61	122.386.712,96	
Contribuições a recolher	53.305.428,52	22.099.765,54	68.126,71	75.473.320,77	65.373.241,83	
Provisão de férias (Nota 3.6)	205.788.979,52	16.849.447,73	173.919,56	222.812.346,81	195.032.193,48	
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.6)	16.455.650,99	1.345.825,76	13.885,54	17.815.362,29	15.599.730,98	
Provisão para 13º salário (Nota 3.8)	0,00	18.320,36	0,00	18.320,36	107,19	
Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias (Nota 3.8)	2.052.506,36	297.871,78	1.739,20	2.352.117,34	72.098,85	
Provisão de despesas com quitações	252.748.861,20	122.417,31	283.500,67	253.154.779,18	189.543.167,22	
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	1.572.041,89	607.481,68	0,00	2.179.523,57	2.991.473,07	
Acordos e indenizações	0,00	42.240,00	0,00	42.240,00	37.824,00	
Impostos a recolher	44.438.409,78	4.961.145,94	78.295,72	49.477.851,44	42.850.426,30	
Obrigações Tributárias	6.940.578,38	396.788,30	10.113,09	7.347.479,77	6.920.315,52	
Acordo Trabalhista a pagar	1.208.110,21	135.371,06	0,00	1.343.481,27	420.936,98	
Outras contas a pagar	8.104.601,60	2.139.735,93	4.027,02	10.248.364,55	88.644.774,08	
Adiantamentos de clientes	0,00	4.985.801,29	0,00	4.985.801,29	11.025.250,78	
Recebimento de materiais de terceiros	1.827.535,09	1.852.244,15	0,00	3.679.779,24	3.907.002,70	
Financiamento/Empréstimo/parcelamentos	22.548.210,75	80.209.885,22	0,00	102.758.095,97	88.314.586,57	
Juros a pagar sobre empréstimos	-182.525,04	-9.316.671,79	0,00	-9.499.196,83	0,00	
Parcelamento de impostos e contribuições	95.554,80	6.172.753,03	0,00	6.268.307,83	6.220.530,43	
Parcelamento FGT/Contribuição Social	0,00	1.671.471,52	0,00	1.671.471,52	1.490.726,62	
Outros valores de terceiros	0,00	3.551.100,00	0,00	3.551.100,00	5.172.114,87	
Provisão de despesa processos cíveis (Nota 3.11)	120.000,01	10.560,00	0,00	130.560,01	410.409,48	
Operações com Materiais Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	79.124.983,08	
COFINS a recolher	0,00	0,00	23.959,24	23.959,24	12.480,79	
INSS Cota Patronal a Recolher	0,00	0,00	66.889,98	66.889,98	34.652,90	
ISS a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	20.801,31	
Diversos a pagar SPDM	110.858.274,22	1.312.586,23	0,00	112.170.860,45	0,00	
Valores Transitáveis	15.582.701,40	478.059,22	0,00	16.060.760,62	0,00	
Estrutura SPDM	3.251.124,44	12.657,94	2.510,73	3.266.293,11	0,00	
Convênios sobre Contratos privados a realizar (Nota 4.3.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	6.594,70	
Convênios sobre Contratos públicos a realizar (Nota 4.3.1)	3.313.843.240,98	0,00	15.677.497,48	3.329.520.738,46	2.561.703.241,34	
Passivo Não Circulante	5.148.724.266,20	127.691.940,60	11.562.383,04	5.287.978.589,84	2.999.050.261,16	
Financiamento/Empréstimos bancários	47.939,43	76.548.218,71	0,00	76.596.158,14	90.948.060,47	
Juros a pagar sobre empréstimos	-7.092,68	-30.057.443,88	0,00	-30.064.536,56	0,00	
Financiamentos fornecedores	614.264,61	586.029,25	0,00	1.200.293,86	1.850.702,77	
Parcelamento impostos e contribuições	736.214,37	43.372.101,98	0,00	44.108.316,35	44.238.394,92	
Parcelamento FGTS	0,00	19.924.652,58	0,00	19.924.652,58	17.879.046,87	
Outros parcelamentos a pagar	4.978.037,90	2.390.633,23	0,00	7.368.671,13	7.220.936,79	
Provisão de Despesa Processo Cíveis (Nota 3.11)	5.313.522,56	4.891.594,31	0,00	10.205.116,87	11.851.359,56	
Provisão de Despesa Processo Trabalhistas (Nota 3.11)	28.345.318,23	1.613.105,51	0,00	29.958.423,74	6.176.424,00	
Provisão de Despesa Processo Tributários (Nota 3.11)	0,00	212.500,37	0,00	212.500,37	212.500,37	
Imobilizado - Bens de terceiros (Nota 3.16.1)	246.599.994,74	8.586.308,33	400.722,26	255.587.025,33	224.695.106,64	
Instalação/Edificação/Benfeitorias Própria Terceiros	30.852,04	0,00	0,00	30.852,04	7.022.370,25	
Bens em processo de transferência	9.196.549,48	0,00	0,00	9.196.549,48	23.129.589,83	
Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros (Nota 3.16.1)	-139.076.424,28	-375.759,79	-123.095,51	-139.575.279,58	-128.457.683,47	
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.7)	161.838.471,60	0,00	0,00	161.838.471,60	141.396.285,21	
Convênios sobre Contratos Públicos a realizar (Nota 4.3.2)	4.830.106.618,20	0,00	11.284.756,29	4.841.391.374,49	2.550.887.166,95	
Total do Passivo	9.536.418.832,01	306.205.037,35	28.344.429,24	9.870.968.298,60	6.593.535.803,75	
Patrimônio Líquido	-12.212.518,16	-41.759.404,20	0,00	-53.971.922,36	-12.972.655,22	
Patrimônio Social (Nota 5)	0,00	394,78	0,00	394,78	394,78	
Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP)	-6.017,89	139.967.140,54	0,00	139.961.122,65	142.295.098,31	
Realização do AAP no exercício	-607,20	2.335.235,72	0,00	2.334.628,52	2.925.940,95	
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 3.14)	-12.430.807,12	106.521,34	0,00	-12.324.285,78	15.180.385,16	
Resultados de exercícios anteriores (Nota 7)	254.931,76	-155.523.080,07	0,00	-155.268.148,31	-160.937.237,96	
Resultado no período - Superávit / Déficit (nota 7)	-30.017,71	-28.645.616,51	0,00	-28.675.634,22	-12.437.236,46	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	9.524.206.313,85	264.445.633,15	28.344.429,24	9.816.996.376,24	6.580.563.148,53	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações dos Resultados dos Períodos Encerrados em 31 de Dezembro (Valores em Reais)	2.016		2.015		
	Saúde		Assistência	Consolidado	Consolidado
	Sem Restrição	Com Restrição	Com Restrição		
Receitas	310.090.216,22	4.462.055.920,32	5.686.235,03	4.777.832.371,57	4.247.061.214,41
Receita Bruta de Serviços Prestados (Nota 4.1)	310.090.216,22	4.462.055.920,32	5.686.235,03	4.777.832.371,57	4.247.061.214,41
SUS - Sistema Único de Saúde	174.668.236,73	0,00	0,00	174.668.236,73	173.397.054,39
Particulares	5.163.641,29	0,00	0,00	5.163.641,29	4.402.360,99
Conveniados	19.248.063,39	0,00	0,00	19.248.063,39	22.359.148,68
Assistências Governamentais	0,00	174.796.502,34	0,00	174.796.502,34	178.415.715,30
Contratos Gestão/Convênios Públicos-Afiliações-Saúde	0,00	1.841.623.516,98	0,00	1.841.623.516,98	1.642.377.242,54
Contratos Gestão/Convênios Públicos-Afiliações-Social	0,00	0,00	5.676.135,09	5.676.135,09	4.207.535,95
Contratos de Gestão e Convênios Públicos - PAIS	0,00	1.742.733.292,68	0,00	1.742.733.292,68	1.487.680.464,43
Outras receitas	46.630.579,92	8,80	0,00	46.630.588,72	39.681.830,84
Isenção usufruída-INSS Patronal Serviços Próprios (Nota 8.1)	50.123.663,88	583.881.611,10	0,00	634.005.274,98	362.276.382,77
Isenção usufruída-INSS Patronal Serviços Terceiros (Nota 8.2)	696.527,83	10.099.514,35	0,00	10.796.042,18	266.638.958,07
Isenção usufruída - COFINS (Nota 8.3)	12.615.210,97	107.530.704,32	0,00	120.145.915,29	63.830.158,03
Isenção PIS sobre folha de pagamento	0,00	648.888,10	0,00	648.888,10	396.145,02
Trabalho Voluntário Estatutário(Nota 8.4)	605.946,24	452.676,94	10.099,94	1.068.723,12	1.398.217,40
Outros Trabalhos Voluntários	338.345,97	289.204,71	0,00	627.550,68	0,00
(+) Outras Receitas	36.248.043,62	39.259.324,94	303.659,87	75.811.028,43	81.207.946,86
Financeiras	716.928,54	29.828.372,75	303.659,87	30.848.961,16	28.269.329,01
Doações recebidas (Nota 4.2)	24.804.093,94	3.716.911,22	0,00	28.521.005,16	26.860.793,56
Receitas do exercício anterior (Nota 4.4)	90.143,53	0,00	0,00	90.143,53	0,00
Despesas anuladas do exercício anterior	2.719,11	1.089.251,17	0,00	1.091.970,28	0,00
Recuperação de gastos com estoque	2.615,07	1.352.184,85	0,00	1.354.799,92	0,00
Outras receitas	10.631.543,43	3.272.604,95	0,00	13.904.148,38	26.077.824,29
(-) Receita Líquida	346.338.259,84	4.501.315.245,26	5.989.894,90	4.853.643.400,00	4.328.269.161,27
Custos e Despesas	197.711.947,82	3.523.633.425,56	2.621.403,03	3.723.966.776,41	3.293.742.652,53
(-) Custos Operacionais	197.711.947,82	3.523.633.425,56	2.621.403,03	3.723.966.776,41	3.293.742.652,53
(-) Serviços - Pessoal Próprio	105.590.629,29	2.147.479.743,06	1.144.792,81	2.254.215.165,16	2.007.567.571,83
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	7.810.620,58	499.001.641,02	895.734,75	507.707.996,35	16.508.077,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	1.804.600,39	47.854.879,69	260.016,88	49.919.496,96	430.359.446,68
(-) Mercadorias	48.579.525,18	297.679.362,80	73.517,31	346.332.405,29	324.834.808,19
(-) Tributos	269.349,70	555.815,15	247.341,28	1.072.506,13	1.052.182,28
(-) Custos Financeiros	27.393,76	157.219,74	0,00	184.613,50	2.366.939,26
(-) Custos - Bens Permanentes de Terceiros	0,00	17.338.793,11	0,00	17.338.793,11	0,00
(-) Depreciações e Amortizações (Nota 3.16)	2.023.585,71	327.105,04	0,00	2.350.690,75	2.702.648,38
(-) Outros Custos	14.187,53	0,00	0,00	14.187,53	17.106,19
(-) Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 8.4)	0,00	15.320,44	0,00	15.320,44	50.780,15
(-) Outros Trabalhos Voluntários	319.181,60	222.490,24	0,00	541.671,84	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS Patronal Serviços Próprios (Nota 8.1)	30.854.357,69	454.869.290,64	0,00	485.723.648,33	460.925.701,05
(-) Isenção usufruída - INSS Patronal Serviços Terceiros (Nota 8.2)	418.516,39	8.407.586,56	0,00	8.826.102,95	3.301.718,04
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 8.3)	0,00	49.724.178,07	0,00	49.724.178,07	44.055.673,48
(-) Outros Custos	27.355,04	1.525.118,72	0,00	1.552.473,76	0,00
(-) Outros Custos Financeiros	10.584,42	1.525.118,72	0,00	1.535.703,14	0,00
(-) Ganhos e perdas de capital	16.770,62	0,00	0,00	16.770,62	0,00
(=) Superávit/Déficit Bruto	148.598.956,98	976.156.700,98	3.368.491,87	1.128.124.149,83	1.034.526.508,73
(-) Despesas Operacionais	177.065.613,55	955.150.797,81	3.344.020,48	1.135.560.431,84	1.046.382.229,41
(-) Serviços - Pessoal Próprio	82.298.560,70	470.895.156,03	1.672.580,42	554.866.297,15	503.144.589,58
(-) Serviços - Ter					

... Continuação		Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro (Valores em Reais Com e Sem Restrição)					Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos								
(Aumento) Redução em contas a receber	-1.308.587,94	-3.202.263.710,44	-3.203.572.298,38	-1.844.608.235,83											
(Aumento) Redução em estoques	7.606,02	-8.986.871,88	-8.979.265,86	2.204.324,85											
Aumento (Redução) em fornecedores	19.912,22	27.906.081,80	28.109.601,26	15.924.808,21											
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	2.047.910,63	3.291.760.218,94	3.293.808.129,57	1.762.695.774,49											
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	31.907,55	-1.182.143,53	-1.150.235,98	125.311,00											
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	798.748,48	71.783.686,14	72.582.434,62	-68.124.957,24											
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	0,00	-12.807.975,96	-12.807.975,96	-12.051.012,04											
(-) Compras de imobilizado	0,00	-12.807.975,96	-12.807.975,96	-12.051.012,04											
(-) Adição de Bens de Terceiros	-31.907,55	5.046.714,09	5.014.806,54	-125.311,00											
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	-53.671,77	-53.671,77	-435.987,96											

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios encerrados em 31 de Dezembro (Valores em Reais)		Patrimônio Social		Avaliação Patrimonial		Realização de Avaliação Patrimonial		Superávit ou Déficit Acumulado		Superávit ou Déficit		Total	
Saldo 31/12/2014		394,78		145.222.754,46		4.398.980,81		-148.819.847,19		-17.890.583,28		-17.088.300,42	
Incorporação Patrimônio Social	5 e 7												
Transferência de Patrimônio	5 e 7												
Realizável da Reserva Reavaliação	5 e 7					-1.473.039,86		4.398.980,81		17.890.583,28		17.890.583,28	
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.14							16.554.596,86				16.554.596,86	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5			-2.927.656,15								-2.927.656,15	
Déficit do Exercício	7											-12.437.236,46	
Saldo 31/12/2015		394,78		142.295.098,31		2.925.940,95		-145.756.852,80		-12.437.236,46		-12.972.655,22	
Incorporação Patrimônio Social	5 e 7												
Transferência de Patrimônio	5 e 7												
Realizável da Reserva Reavaliação	5 e 7					-591.312,43		2.925.940,95		12.437.236,46		12.437.236,46	
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.14						652,86	-12.324.285,78				-12.323.632,92	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5			-2.334.628,52								-2.334.628,52	
Déficit do Exercício	7											-28.675.634,22	
Saldo 31/12/2016		394,78		139.961.122,65		2.334.628,52		-167.592.434,09		-28.675.634,22		-53.971.922,36	

Demonstrações do Resultado Abrangente (Valores expressos em Reais)		2.016		2.015		Demonstração do Valor Adicionado (Valores em Reais)		2.016		2.015	
Déficit do período		-28.675.634,22		-12.437.236,46		1 - Receitas		4.819.262.175,29		4.298.282.170,73	
Realizável da Reserva de Reavaliação		2.334.628,52		2.925.940,95		1.1) Prestação de serviços		3.790.856.103,71		3.334.424.861,44	
Ajustes de Exercícios Anteriores		-12.324.285,78		16.554.596,86		1.2) Subvenções e outras receitas operacionais		221.380.147,31		218.096.491,68	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-2.334.628,52		-2.927.656,15		1.3) Outras Receitas		44.962.067,27		51.220.956,32	
Resultado abrangente do período		-40.999.920,00		4.115.645,20		1.4) Isenção usufruída sobre contribuições		765.596.120,55		694.539.861,29	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis						1.5) (-) Provisão de Crédito Líquido Duvidosa/Receitas anuladas e		-3.532.263,55		0,00	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina:** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores oradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins, procurando ainda, desenvolver e prestar atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **da sua composição atual** Atualmente a SPDM é formada por Instituições, em sua maioria, ligadas à área da saúde como hospitais e centros de assistência regularmente constituídos, das quais destacamos o Hospital São Paulo (HSP), Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemir Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME Parque), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Monitoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistência Vila Formosa Carrão Aricaanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistência - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistência - STS Perus/ Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistência da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.Pessoa 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Seppetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon - AP 2.1 (Leblon 2.1) e ainda, dos demais órgãos a ela vinculados, através do qual presta serviço de assistência social, regendo-se pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. Na área da Assistência Social a SPDM participa de um projeto de inovação e desenvolvimento pessoal e profissional, o qual articula ações e serviços relacionados à pessoa com deficiência e seus familiares. Tal projeto é executado através de sua filial CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga em conjunto com a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão p/ Pessoas com Deficiência Visual. Apesar de ainda fazerem parte das demonstrações da SPDM, a administração dos estabelecimentos foi devolvida à contratante, sendo eles, o Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), PABSF Americana (AMERICANA), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD- Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), e o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO). **Sobre novas unidades assumidas em 2016 através de Contrato de Gestão Hospital Municipal Pedro II e Cer Santa Cruz Em 11/12/2015**, a SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde e o Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde celebraram o Contrato de Gestão nº 02/2015 (vigência de 15/12/2015 a 11/06/2016), e em continuidade, o Contrato de Gestão nº 02/2016, tendo como objetivo, o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do Hospital Municipal Pedro II e da Coordenação de Emergência Regional Santa Cruz. O período de vigência do Contrato nº 02/2016 é de 24 meses, a partir de 12/06/2016 a 11/06/2018, com valor global estimado de R\$ 284.068.159,22, à conta do Programa de Trabalho nº 18.93.10.302.0306.2009, natureza de despesa nº 33.50.39.02, tendo sido emitida Nota de Empenho nº 2016/000016. **Coordenador de Emergência Regional Do Leblon - AP 2.1** Em 27/08/2015, a SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde e o Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, celebraram o Contrato de Gestão nº 47/2015, no âmbito da Área de Planejamento 2.1., tendo como objetivo, o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na unidade CER - Leblon. O período de vigência do Contrato é de 24 meses, a partir de 28/08/2015 a 29/08/2017, com valor global estimado de R\$ 90.703.218,80, à conta do Programa de Trabalho nº 18.64.10.302.0331.2776, natureza de despesa nº 33.50.39.02, tendo sido emitida Nota de Empenho nº 713/2015. **Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta** No início de Maio de 2016, a SPDM assumiu a gestão da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde (Microrregião Butantã), área na Zona Oeste de São Paulo com população estimada em 430 mil habitantes, distribuídos nos seguintes bairros: Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia. O contrato, firmado e, parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, tem por objetivo prestar assistência integral e gratuita aos moradores da região, por meio do conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, em todos os níveis de complexidade do sistema, em conjunto com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) existente no município. O Contrato de Gestão possui prazo de 60 meses com vigência de 30.03.2016 a 29.02.2020, com valor global estimado de R\$ 541.075.551,15, totalizando para o período de 60 meses, e em conformidade com os documentos do Chamamento Público nº 002/2015 que são partes integrantes do Contrato de Gestão R022/2016 SMSobreNTCSS processo nº 2015-0.229.389-3. **Ambulatório Multidisciplinar Especializado do Idoso-Ame Idoso Sudeste** Em 01.06.2016 a SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina e o Estado de São Paulo firmou contrato de gestão Processo nº 001.0500.000.006/2016 o presente CONTRATO de GESTÃO tem por objeto a operacionalização da gestão e execução pela contratada, das atividades e serviços na saúde no Ambulatório Multidisciplinar Especializado Ame Idoso Sudeste. O Contrato de Gestão possui prazo de 60 meses com vigência de 01.06.2016 a 01.06.2021, com valor global estimado de R\$ 61.575.107,52 (sessenta e um milhões quinhentos e setenta e cinco mil cento e sete reais e cinquenta e dois centavos), totalizando para o período de 60 meses, sendo que R\$ 59.653.774,69 (Cinquenta e nove milhões seiscentos e cinquenta e três mil, setecentos setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos) para custeio à conta do Programa de Trabalho 10.302.0930.4852.0000, do código de despesa nº 339039 e R\$1.921.332,83 para investimento à conta do Programa de Trabalho 10.302.0930.4852.0000, do código de despesa nº 44.50.42 , do orçamento em vigor. **Centro de Tecnologia e Inclusão Para Pessoas Com Deficiência Visual** O Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual (CTI Visual) é um projeto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. O CTI Visual desenvolve atendimentos voltados para pessoas com deficiência visual, contemplando tam-

Demonstração do Valor Adicionado (Valores em Reais)		2.016		2.015	
1 - Receitas		4.819.262.175,29		4.298.282.170,73	
1.1) Prestação de serviços		3.790.856.103,71		3.334.424.861,44	
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais		221.380.147,31		218.096.491,68	
1.3) Outras Receitas		44.962.067,27		51.220.956,32	
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições		765.596.120,55		694.539.861,29	
1.5) (-) Provisão de Crédito Líquido Duvidosa/Receitas anuladas e		-3.532.263,55		0,00	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)		1.195.709.838,66		1.028.572.755,26	
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d		346.332.405,29		257.114,17	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro		814.268.412,92		364.440.589,11	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		28.330.228,39		663.035.648,59	
2.4) Outros		6.778.792,06		839.403,39	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)		3.623.552.336,63		3.269.709.415,47	
4 - Retenções		5.537.804,33		5.980.494,38	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		5.537.804,33		5.980.494,38	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)		3.618.014.532,30		3.263.728.921,09	
6 - Valor Adicionado Recebido Em Transferência		30.848.961,16		28.269.353,01	
6.1) Receitas financeiras		30.848.961,16		28.269.353,01	
7 - Valor Adicionado Total (5+6)		3.648.863.493,46		3.291.998.274,10	
8 - Distribuição do valor adicionado		3.648.863.493,46		3.291.998.274,10	
8.1) Pessoal e encargos		2.810.777.736,11		2.510.712.161,41	
8.2) Impostos, taxas e contribuições		6.373.495,17		6.579.905,39	
8.3) Juros		28.644.560,45		28.140.376,93	
8.4) Aluguéis		66.147.215,40		64.463.205,54	
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições		765.596.120,55		694.539.861,29	
8.6) Lucros retidos sobre prejuízo do período		-28.675.634,22		-12.437.236,46	

Saldos anteriores a transferência		Transferência		Saldos após transferência	
SPDM PAIS UPA Engenho de Dentro		SPDM PAIS Cer Leblon		SPDM PAIS UPA Engenho de Dentro	
CNPJ nº 61.699.567/0034-50	CNPJ nº 61.699.567/0072-86	CNPJ nº 61.699.567/0034-50	CNPJ nº 61.699.567/0072-86	CNPJ nº 61.699.567/0034-50	CNPJ nº 61.699.567/0072-86
Ativo	64.556.496,19	54.507.963,95		10.048.532,24	
Ativo Circulante	6.458.532,24	0,00		6.458.532,24	
Bancos conta movimento	-248.016,49	0,00		-248.016,49	
Aplicações Financeiras	6.706.548,73	0,00		6.706.548,73	
Cientes	53.910.574,60	53.910.574,60		0,00	
UPA Engenho de Dentro	0,00	0,00		0,00	
Prefeitura Município Rio de Janeiro	53.910.574,60	53.910.574,60		0,00	
Valores em Negociação - Contrato Convêncio	0,00	0,00		0,00	
Outros Créditos	3.622.725,11	32.725,11		3.590.000,00	
Antecipações salariais	0,00	0,00		0,00	
Antecipação de férias	0,00	0,00		0,00	
Outros créditos e adiantamentos	3.622.725,11	32.725,11		3.590.000,00	
Deposito judicial	0,00	0,00		0,00	
Estoques	564.664,24	564.664,24		0,00	
UPA Engenho	564.664,24	564.664,24		0,00	
Ativo Não Circulante	266.104,10	266.104,10		0,00	
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00		0,00	
Diversos Valores a Receber	0,00	0,00		0,00	
Convênios sobre Contratos públicos a receber	0,00	0,00		0,00	
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	266.104,10	266.104,10		0,00	
- Bens Móveis	266.104,10	266.104,10		0,00	
UPA Engenho	270.616,20	270.616,20		0,00	
Ajuste vida útil - bens terceiros					

Tributos	664,49	664,49	...	Continuação	0,00
Isenção Usufruída	3.431.863,09	3.430.824,67			1.038,42
Outros Custos Operacionais	270.351,60	270.351,60			0,00
Despesas Operacionais	5.652.608,20	5.614.012,29			38.595,91
Pessoal e Serviços Próprios	3.123.308,23	3.123.308,23			0,00
Serviços de Terceiros	1.822.064,33	1.787.450,28			34.614,05
Trabalho Voluntário	3.981,86	0,00			3.981,86
Materiais	696.116,65	696.116,65			0,00
Tributos	7.137,13	7.137,13			0,00
Isenção Usufruída	0,00	0,00			0,00
Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00			0,00
Total Custos e Despesas	26.329.288,69	26.289.654,36			39.634,33
Recitas					
Receitas atividades principais	22.617.131,23	22.582.517,18			34.614,05
Outras Receitas	2.841,56	2.841,56			0,00
Receitas Financeiras	273.470,95	273.470,95			0,00
Isenção Usufruída	3.431.863,09	3.430.824,67			1.038,42
Trabalho Voluntário	3.981,86	0,00			3.981,86
Total das Recitas	26.329.288,69	26.289.654,36			39.634,33

UPAS João XXIII e Hospital Pedro II/ CER Santa Cruz		Transferência		Saldos após transferência	
Saldos anteriores a transferência		SPDM PAIS UPA		SPDM PAIS UPA	
CNPJ nº 61.699.567/0027-21		João XXIII		João XXIII	
CNPJ nº 61.699.567/0070-14		Pedroll e Cer Santa Cruz		CNPJ nº 61.699.567/0027-21	
Ativo					
Ativo Circulante	252.388.054,93	222.685.170,77			29.702.884,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.007.747,79	0,00			1.007.747,79
Bancos conta movimento	-757.215,30	0,00			-757.215,30
Aplicações Financeiras	1.764.963,09	0,00			1.764.963,09
Clientes	247.728.018,07	220.170.315,07			27.557.703,53
UPA's 5.3	27.557.703,53	0,00			27.557.703,53
Hospital Pedro II e CER Santa Cruz	220.170.315,07	220.170.315,07			0,00
Valores em Negociação - Contrato Convênio	0,00	0,00			0,00
Outros Créditos	934.249,37	69.217,85			865.031,52
Antecipações salariais	16.970,85	16.970,85			0,00
Antecipação de férias	0,00	0,00			0,00
Outros créditos e adiantamentos	917.278,52	52.247,00			865.031,52
Deposito judicial	0,00	0,00			0,00
Estoques	2.718.039,17	2.445.637,85			272.401,32
UPA João XXIII A.P 5.3	2.718.039,17	2.445.637,85			272.401,32
Ativo Não Circulante	65.989.577,52	65.309.094,32			680.483,20
Realizável a Longo Prazo	65.247.270,95	65.247.270,95			0,00
Diversos Valores a Receber	65.247.270,95	65.247.270,95			0,00
Convênios sobre Contratos públicos a receber	65.247.270,95	65.247.270,95			0,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	742.306,57	61.823,37			680.483,20
- Bens Móveis	742.306,57	61.823,37			680.483,20
UPA João XXIII A.P 5.3	1.521.152,00	62.819,34			1.458.332,66
Ajuste vida útil - bens terceiros - UPA João XXIII A.P 5.3	-778.845,43	-995,97			-777.849,46
Total do Ativo	318.377.632,45	287.994.265,09			30.383.367,36
Passivo					
Passivo Circulante	252.343.054,93	222.640.170,77			29.702.884,16
Fornecedores	1.831.949,84	107.054,63			1.724.895,21
Serviços de Terceiros					
Pessoa Física/Jurídica	1.161.352,13	0,00			1.161.352,13
Salários a pagar	6.213.514,47	0,00			6.213.514,47
Contribuições a recolher	1.181.834,97	0,00			1.181.834,97
Provisão de férias	4.916.972,36	4.247.381,08			669.591,28
Provisão FGTS sobre férias	393.357,78	339.699,10			53.658,68
Provisão PIS sobre férias	49.169,71	42.474,63			6.695,08
Provisão para 13º salário	3.092.948,63	2.649.153,36			443.795,27
Provisão FGTS sobre 13º salário	240.888,89	211.862,86			29.026,03
Provisão PIS sobre 13º salário	30.929,47	26.491,84			4.437,63
Provisão de despesas com quitações	2.290.546,75	1.910.247,58			380.299,17
Impostos a recolher	1.900.835,07	0,00			1.900.835,07
Obrigações Tributárias	166.564,04	0,00			166.564,04
Outras contas a pagar	3.672.668,31	0,00			3.672.668,31
Valores de Terceiros	225.199.522,51	213.105.805,69			12.093.716,82
Passivo Não Circulante	66.034.577,52	65.354.094,32			680.483,20
Obrigações - Bens Móveis de terceiros	1.521.152,00	62.819,34			1.458.332,66
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros	-778.845,43	-995,97			-777.849,46
Valor Estimado - Rescisão de Contrato Convênios sobre Contratos públicos a realizar	65.247.270,95	65.247.270,95			0,00
Provisão de despesas processo trabalhista	45.000,00	45.000,00			0,00
Total do Passivo	318.377.632,45	287.994.265,09			30.383.367,36
Patrimônio Líquido	0,00	0,00			0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	318.377.632,45	287.994.265,09			30.383.367,36
Custos e Despesas					
Custos Operacionais	104.868.712,67	95.335.293,80			9.533.418,87
Pessoal e Serviços Próprios	58.001.990,93	51.807.860,54			6.194.130,39
Serviços de Terceiros	16.507.241,18	15.987.218,59			520.022,59
Materiais	14.520.308,97	13.640.967,04			879.341,93
Tributos	7,28	7,28			0,00
Isenção Usufruída	15.736.908,29	13.838.540,83			1.898.367,46
Outros Custos Operacionais	102.256,02	60.699,52			41.556,50
Despesas Operacionais	5.094.279,69	2.019.536,55			3.074.743,14
Pessoal e Serviços Próprios	1.136.525,13	0,00			1.136.525,13
Serviços de Terceiros	3.284.188,20	1.786.687,80			1.497.500,40
Trabalho Voluntário	3.981,86	0,00			3.981,86
Materiais	371.106,56	26,35			371.080,21
Tributos	192,86	0,00			192,86
Isenção Usufruída	1.128,96	0,00			1.128,96
Outras Despesas Operacionais	297.156,12	232.822,40			64.333,72
Total Custos e Despesas	109.962.992,36	97.354.830,35			12.608.162,01
Recitas					
Receitas Atividades Principais	93.540.582,69	82.946.544,55			10.594.038,14
Outras Receitas	35.910,05	32.282,36			3.627,69
Receitas Financeiras	644.480,51	537.462,61			107.017,90
Isenção Usufruída	15.738.037,25	13.838.540,83			1.899.496,42
Trabalho Voluntário	3.981,86	0,00			3.981,86
Total das Recitas	109.962.992,36	97.354.830,35			12.608.162,01

1 - **Imunidade Tributária:** A SPDM enquadrada-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 1.1 **Requisitos para imunidade tributária** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, por somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcreveremos: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais eLaboratorio orados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). 1.2 - **Isenção Tributária e característica da isenção.** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. 1.3 - **Requisitos para manutenção da Isenção tributária.** A Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em três novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. 2 - **Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na eLaboratorio oração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à eLaboratorio oração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM eLaboratorio ora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a eLaboratorio oração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. Na eLaboratorio oração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde e Área Social nos termos do artigo 33 da Lei 12.101/2009, sendo que os valores que tem por origem recursos públicos encontram-se com a denominação de "Com Restrição" e os recursos próprios como "Sem Restrição". 2.1 - **Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000).** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, eLaboratorio oradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, Na Técnica-Contábil Ou Aceitas Pelos "Usos E Costumes". A Entidade Mantém Em Boa Ordem A Documentação Contábil. 2.2 - **Unidades Que Integram as Demonstrações Contábeis da SPDM de 2016: Área da Saúde Unidades Por Razão Social, Cnpj e Endereço:** **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo** Rua Napoleão de Barros, Nº 715. Vila Clementino - São Paulo/SP CEP 04024-002 Cnpj Nº 61.699.567.0001/92 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Integral À Saúde** Rua Borges Lagoa, Nº 232. Vila Clementino - São Paulo/SP CEP 04038-000 Cnpj Nº 61.699.567/0002-73 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Vereador José Storopoli** Rua Francisco Fanganielo, Nº 127. Parque Novo Mundo - São Paulo/SP CEP 02181-160 Cnpj Nº 61.699.567/0003-54 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral de Pirajussara** Avenida Ibirama, Nº 1.214. Vila Pirajussara - Taboão da Serra/SP CEP 06785-300 Cnpj Nº 61.699.567/0004-35 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema** Rua José Bonifácio, Nº 1.641. Serraria-Diadema/SP CEP 09980-150 Cnpj Nº 61.699.567/0005-16 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Salto** Rua Europa, 1571. Jardim Celani - Salto/SP CEP 13326-110 Cnpj Nº 61.699.567/0007-88 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luz de Pinho** Rua Manuel de Oliveira, N. Vila Mogilar-Mogi Das Cruzes SP CEP 08773-130 Cnpj Nº 61.699.567/0008-69 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia** Rua Jequitinhonha, 444. Belém-São Paulo/SP CEP 03021-040 Cnpj Nº 61.699.567/0010-83 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea Do Carmo** Rua Leopoldo Meguez, 327. Bairro do Glicério - São Paulo/SP CEP 01518-020 Cnpj Nº 61.699.567/0011-64 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** Rua Saigiro Nakamura, 800. Vila Industrial - São José Dos Campos/SP CEP 12220-280 Cnpj Nº 61.699.567/0012-45 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso** Rua São José do Paraíso, 100. Bairro Imperial-Guarulhos/SP CEP 07243-550 Cnpj Nº 61.699.567/0013-26 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Atenção Psicossocial Caps Itapeva** Rua Itapeva, 700. Cerqueira Cesar-São Paulo/SP CEP 01332-000 Cnpj Nº 61.699.567/0014-07 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas-Ceac-Zona Leste** Rua Jequitinhonha, 444. Belenizinho - São Paulo/SP CEP 03021-040 Cnpj Nº 61.699.567/0015-98 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Centro de Saúde 1 - Vila Mariana** Rua Domingos de Moraes, 1947. Vila Mariana-São Paulo/SP CEP 04009-003 Cnpj Nº 61.699.567/0016-79 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Nucleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana** Rua Santa Cruz, 1.191. Vila Mariana - São Paulo/SP CEP 04121-001 Cnpj Nº 61.699.567/0017-50 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran** Rua Angela Mirella, 354. JardimBarueri - Barueri/SP CEP 06411-330 Cnpj Nº 61.699.567/0018-30 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM** Rua Botucatu 390, Vila Clementino - São Paulo/SP CEP 04023-061 Cnpj Nº 61.699.567/0019-11 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistência Superv Tecm da Saúde Vila Maria/Vila Guilherme** Avenida Alberto Byington, 1.526. Vila Maria - São Paulo/SP CEP 02.127-001 Cnpj Nº 61.699.567/0020-55 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi** Avenida Ruy Rodrigues, 3434. Jardim Yeda-Campinas/SP CEP 13060-646 Cnpj Nº 61.699.567/0021-36 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Ambulatório Med de Espec. São José Dos Campos** Avenida ENGENHO Francisco Jose Longo, 925 - Jardim São Dimas São José Dos Campos/SP CEP 12245-000 Cnpj Nº 61.699.567/0022-17 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Programa de Atenção Básica E Saúde da Família.** Rua Dona Januária, 33. Santa Cruz-Rio de Janeiro/RJ CEP 23.510-020 Cnpj Nº 61.699.567/0023-06 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini** Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2.651. Jardim Paulista - São Paulo/SP CEP 01401-901 Cnpj Nº 61.699.567/0024-89 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Ame Psiquiatria Dra Jandira Masur** Avenida Guilherme Cotching, 1.600 Vila Maria - São Paulo/SP CEP 02113-012 Cnpj Nº 61.699.567/0025-60 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital E Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro** Rua Mata Dos Pinhais, 410. Jardim Botânico - Uberlândia/MG CEP 38410-651 Cnpj Nº 61.699.567/0026-40 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Upa João XXIII - A.Pessoa 5.3** Avenida João XXIII N. Santa Cruz - Rio de Janeiro - CEP 23570-000 Cnpj Nº 61.699.567/0027-21 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina/SPDM - Pais A.Pessoa 3.2** Rua Arquias Cordeiro 588. Todos os Santos - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.770-002 Cnpj Nº 61.699.567/0028-02 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Ame Taboão da Serra** Estrada São Francisco, 1448. Jardim Henriqueta - Taboão da Serra/SP - CEP 06764-290 Cnpj Nº 61.699.567/0029-93 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa** Praça Engenheiro Hugo Brandt, 15 Parque Novo Mundo - São Paulo/SP - CEP 02168-050 Cnpj Nº 61.699.567/

... Continuação **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina SPDM - Programa de Atenção Integral A Saúde** Rua Borges Lagoa, 219. Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.038-000 Cnpj Nº 61.699.567/0056-66 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina SPDM - Pais Amas Hospitalares** Rua Machado Bittencourt, 190 Sala 110 Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.044-903 Cnpj Nº 61.699.567/0057-47 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial - Sts Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana** Rua Machado Bittencourt, 190 Sala 501 Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.044-903 Cnpj Nº 61.699.567/0058-28 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial - Sts Perusobre Piratuba** Rua Machado Bittencourt, 190 Sala 512 Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.044-903 Cnpj Nº 61.699.567/0059-09 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial da Vila Prudente / São Lucas** Rua Machado Bittencourt, 190 Sala 211 Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.044-903 Cnpj Nº 61.699.567/0060-42 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Rede Ass. da Pari Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Água Rasa** Rua Machado Bittencourt, 190 Sala 502 Vila Clementino - São Paulo/SP - CEP 04.044-903 Cnpj Nº 61.699.567/0061-23 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Geral de Pedreira** Rua João Francisco de Moura, 251 Vila Campo Grande - São Paulo/SP - CEP 04.455-170 Cnpj Nº 61.699.567/0062-04 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina SPDM - Pais Upa Sepetiba** Rua Rafael Pereira, Sepetiba - Rio de Janeiro - RJ - CEP 23.535-808 Cnpj Nº 61.699.567/0063-95 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina SPDM - Pais Upa Paciência** Est. Santa Eugênia, 0 Paciência - Rio de Janeiro - RJ - CEP 23.585-430 Cnpj Nº 61.699.567/0064-76 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Centro de Apoio Gestão da Informação E Eventos** Rua Arquias Cordeiro, 596 Todos Os Santos - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.770-002 Cnpj Nº 61.699.567/0065-57 • **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Samu 192 Regional São José Dos Campos** Rua Saigiro Nakamura, 800. Vila Industrial - São José Dos Campos/SP - CEP 12.220-280 Cnpj Nº 61.699.567/0066-38 **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial de Superv Tecnica de Saude Butanta** Avenida Alberto Byington, 1.526. Vila Maria Alta - São Paulo/SP - CEP 02.127-000 Cnpj Nº 61.699.567/0069-80 **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Municipal Pedro II E Cer Santa Cruz** Rua Do Prado, 325. Santa Cruz - Rio de Janeiro - RJ - CEP 23.555-012 Cnpj Nº 61.699.567/0070-14 **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Ambulat Multidisc Especializ No Idoso - Ame Idoso Sudeste** Rua Domingos de Moais, 1.947. Vila Mariana - São Paulo/SP - CEP 04.009-003 Cnpj Nº 61.699.567/0071-03 **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Coord de Emerg Regional Do Leblon - Cer Leblon - AP 2.1** Rua Mario Ribeiro, 1.080. Leblon - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.430-160 Cnpj Nº 61.699.567/0072-86 • **Área da Assistência SocialSPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Cto de Tecnol e Inclusao Social** Rodovia Dos Imigrantes, Km 11, Vila Guarani, CEP 04.329-000 - São Paulo/SPessoa Parque Das Fontes Do Ipiranga Cnpj Nº 61.699.567/0048-56 **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina Cto de Tecnol E Inclusão P/ Pessoas C Deficiência Visual** Rua Galileo Emendabili, 99. Jardim Humaita - São Paulo/SP - CEP 05.307-170 Cnpj Nº 61.699.567/0068-08 **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas Na ELaboratorio Oração Das Demonstrações.**Em Todas as Suas Unidades Os Registros Contábeis São Realizados da Maneira Estabelecida Pela Matriz e São Acadatas Todas Suas Orientações. Face aos Inúmeros Conceitos Aplicados Quando da Escrituração Dos Atos e Fatos Administrativos Que Deram Origem aos Livros Diários, Razões e Outros, Divulgamos Aqueles os Quais Julgamos Mais Relevantes Conforme Estabelece a Resolução 1.409/12 (ITG 2002). E Suas Alterações. Em 2016 A SPDM Ajustou seu Plano de Contas No Sentido de Atender aos Requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o Manual do CFC, o Plano de Contas Consiste em um Conjunto de Títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classifica-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. as contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestadoRua a nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor **3.2 - Aplicações Financeiras:** as aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. Em virtude da origem dos recursos, a grande maioria referem-se a recursos com restrições por serem de Convênios e Contratos de Gestão, os quais têm sua aplicação em diferentes modalidades dependendo do momento em que será necessária a utilização. Face a natureza, o rendimento é revertido em favor da contratante e não da unidade gerenciada. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. **3.3.1 - Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que poderão vir a serem restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Em 2016, por decisão conjunta com a auditoria independente e duas superintendências, algumas unidades após estudo sobre a recuperação de valores relativos a execução do convênio e, que permaneciam nesta conta específica do ativo "valores em negociação contrato/convênio", a SPDM reavaliou a probabilidade do recebimento de parte destes valores e entendeu por bem, reconhecer como perdas relativas ao convênio em conta específica do Patrimônio Líquido, para 03 unidades da Superintendência de Unidades Afiliadas, o CS1 Vila Marian, Várzea do Carmo e Projeto Rede no montante global de R\$ 12.430.807,12 apropriados contra a conta de ajustes de exercícios anteriores. Ainda nesta mesma conta por conta de unidades da Superintendência do PAIS, encontra-se apropriado um montante a receber no valor de R\$ 7.527.805,52 em cobrança judicial referente ao Convênio encerrado de Campos do Jordão, como também, R\$ 2.628.180,87 em cobrança judicial referente ao Convênio encerrado de Caraguatubá. **3.4 - Estoques:** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados, não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16)). **3.5 - Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **3.6 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.7 - Provisão para rescisão de contratos:** Em virtude de um grande número de suas unidades terem por base contratos de gestão e convênios públicos, a Entidade adota em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmando no item 09 da resolução 1.409/12, e constitui provisões para rescisões de contrato. Assim cada unidade gerenciada constitui possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e a Contratante, levando em consideração os valores estimados para rescisão do Contrato de Trabalho coletivo, se devidos fossem em 31/12/2016 para fins de recolhimento de FGTS (50% multa) e Aviso Prévio Indenizado. **3.8 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **3.9 - Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização. Assim, a PCLD na SPDM está fundamentada na análise das operações de crédito em aberto, efetuada pela Administração para determinar qual o montante está enquadrado nas condições estabelecidas, considerando-se o tempo máximo (três anos) em que um montante possa ser recebido, baseado na experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira. **3.10 - Estimativas Contábeis:** A eLaboratorio oração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.11-Contingências Passivas.** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências, além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independentemente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2016 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 4.798.826.623,79 (Quatro Bilhões Setecentos e Noventa e Oito Milhões, Oitocentos e Vinte e Seis Mil, Seiscentos e Vinte e Três Reais e Setenta e Seis Centavos). Do referido montante, R\$ 2.700.000.000,00 referem-se a 04 ações populares propostas pelo mesmo autor solicitando a Anulação da Renovação do Certificado CEBAS conferido à SPDM em diversos períodos e a declaração de invalidade dos efeitos da MP 446, artigo 37, o qual estabelece que os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social protocolizados, que ainda não tinham sido objeto de julgamento por parte do CNAS até a data de publicação da Medida Provisória (07/11/2008), consideram-se iam deferidos. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 77.646.521,84 . Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável" os valores se encontram provisionados em contas do passivo. Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 153.928.261,25 (Cento e Cinquenta e Três Milhões Novecentos e Vinte e Oito Mil, Duzentos e Sessenta e Um Reais e Vinte Cinco Centavos) . Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face ao caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade

tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (*nota explicativa sobre imunidade*). **3.12 - Contingências Ativas:** Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que deem origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Quando a entrada de benefícios econômicos se tornarem prováveis, a entidade divulga o ativo contingente através de breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço. No exercício de 2016, as ações do tipo cíveis atingiram o montante de R\$ 75.125,00 (Setenta e Cinco Mil Cento e Vinte e Cinco Reais). **3.13 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade da Matriz, das filiais; Hospital Vereador José Storopoli, Hospital Geral de Pirajussara e Hospital Estadual de Diadema de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunidade sobre contribuição para PIS. A unidade Hospital Luzia de Pinho Melo já teve sua imunidade reconhecida pela RFB e a entidade aguarda decisão sobre as demais. **3.14 - Ajustes de Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e outras dívidas de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2016 alguns lançamentos tendo como contrapartida direta a conta de patrimônio. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à recuperação de despesas de exercícios anteriores, atualizações monetárias, juros e que afetaram diretamente o resultado. **3.15 - Apuração do Resultado:** A apuração é feita segundo o Regime de Competência. as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 a Associação apresentou um déficit de R\$ 28.675.634,22 (Vinte e Oito Milhões Seiscentos e Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Vinte e dois Centavos) enquanto que em 2015 esse déficit foi de R\$ 12.437.236,46. **3.16-Imobilizado** O imobilizado da SPDM é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possui documentos de cessão de uso. Os itens do imobilizado adquiridos até 30/11/2011 foram mensurados ao custo atribuído (demed coust) em consonância com a lei nº 11.638/2007, CPC 01, CPC13, CPC 27, e ITG 2002. Os bens adquiridos, a partir de 01/01/2012 foram mensurados pelo custo histórico de aquisição e todos são reduzidos pela depreciação e/ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Um impairment é contabilizado em uma unidade geradora de caixa, aqui definida como sendo a matriz ou uma das filiais (CPC 01), quando o valor recuperável de um conjunto de bens for inferior ao valor contábil. A Diretoria entendeu que ao final do exercício ora encerrado, todos os ativos mantinham-se registrados por valores recuperáveis, razão pela qual nenhum impairment foi contabilizado. A política da Entidade é de utilização dos ativos até esgotar a durabilidade e a validade dos materiais, sendo que ao final são descartados como sucatas, exceto os veículos, que são alienados a valores de mercado ao final de suas vidas úteis. A Missão e os Valores Institucionais impõem uma política de expansão contínua de espaço físico. Quando uma edificação deixa de atender às necessidades ela é readequada, sendo demolida parcial ou total e os valores residuais são baixados como perdas na conta de resultados e os custos da ampliação ou reconstrução são reconhecidos nas contas do imobilizado, em conformidade com o CPC 27. Em 2016 a SPDM apresentou a seguinte movimentação em suas contas patrimoniais:

Descrição	Saldo em 31/12/2015		Transfe-rência			Saldo em 31/12/2016
	Adição	Baixa	Baixa	rência		
Construções de Bens em Andamento	22.976.128,63	10.489.462,65	0,00	-356.341,52	33.109.249,76	
Bens móveis	3.527.437,07	2.895.805,99	0,00	-356.341,52	6.066.901,54	
Bens Imóveis	19.448.691,56	7.593.656,66	0,00	0,00	27.042.348,22	
Bens Móveis	29.719.512,28	2.519.545,70	-467.381,86	356.506,52	32.128.182,64	
Aparelhos Equipamentos Utensílios						
Medico Odontologico Laboratorio	15.761.737,95	1.408.057,64	-43.195,00	-5.080,00	17.121.520,59	
Equipamentos proteção/segurança/socorro	130.001,00	0,00	0,00	0,00	130.001,00	
Equipamentos Processamento de Dados	1.808.156,64	160.202,27	-23.150,31	0,00	1.945.208,60	
Mobiliário em Geral	4.341.123,92	383.694,59	-73.214,00	64.051,52	4.715.656,93	
Máquina Utensílios e Equipamentos Diversos	1.703.887,29	36.335,37	-4.442,55	72.345,00	1.808.125,11	
Veículos de Tração Mecânica	814.229,53	417.967,19	-69.869,35	0,00	1.162.327,37	
Aparelhos de Medição	138.091,81	7.754,79	-300,00	0,00	145.546,60	
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	169.981,74	8.985,23	-27.245,00	0,00	151.721,97	
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.194.421,29	51.438,79	-29.664,05	225.190,00	2.441.386,03	
Máq e Equipamentos de Natureza Indl	1.102.287,75	8.903,00	-188.736,00	0,00	922.454,75	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	576.059,25	4.155,42	-756,00	0,00	579.458,67	
Máquinas e Equipamentos Gráficos	34.972,00	0,00	0,00	0,00	34.972,00	
Equipamentos para Audio Video e Foto	366.504,23	29.363,23	-6.749,60	0,00	389.117,86	
Máquinas e Utensílios de Escritório	6.469,10	874,00	-60,00	0,00	7.283,10	
Máq Ferram e Utensílios de Oficina	82.711,54	1.814,18	0,00	0,00	84.525,72	
Rede de Gases Medicinais	488.877,24	0,00	0,00	0,00	488.877,24	
Edificações	83.459.221,57	105.857,92	-42.973,03	0,00	83.522.106,46	
Imóvel-Napoleão de Barros, 715	32.667.069,34	38.037,50	-14.474,46	0,00	32.690.632,38	
Imóvel-Napoleão de Barros, 726	326.000,00	0,00	0,00	0,00	326.000,00	
Imóvel-Napoleão de Barros, 754	2.550.000,00	0,00	0,00	0,00	2.550.000,00	
Imóvel-Napoleão de Barros, 800	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	
Imóvel-Napoleão de Barros, 875 Ap 1	266.000,00	0,00	0,00	0,00	266.000,00	
Imóvel-Napoleão de Barros, 589	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	
Imóvel-Napoleão de Barros, 737	26.612.351,36	16.054,30	0,00	0,00	26.628.405,66	
Imóvel-Napoleão de Barros, 771/781	5.329.805,20	51.766,12	-28.498,57	0,00	5.353.072,75	
Imóvel-Borges Lagoa, 778, 786 E 790	3.280.000,00	0,00	0,00	0,00	3.280.000,00	
Imóvel-Borges Lagoa, 849	388.000,00	0,00	0,00	0,00	388.000,00	
Imóvel-BorgesLagoa, 783 sala 1 e sala 2	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00	
Imóvel-Pedro de Toledo, 950	392.000,00	0,00	0,00	0,00	392.000,00	
Imóvel-Pedro de Toledo, 840	529.125,00	0,00	0,00	0,00	529.125,00	
Imóvel-Pedro de Toledo, 844	3.720.875,00	0,00	0,00	0,00	3.720.875,00	
Imóvel-Varpa, 40	218.400,00	0,00	0,00	0,00	218.400,00	
Imóvel-Botucatu, 806	329.595,67	0,00	0,00	0,00	329.595,67	
Imóvel-Borges Lagoa, 219	1.880.000,00	0,00	0,00	0,00	1.880.000,00	
Benefitorias em propriedade de terceiros	454.592,56	53.741,11	-360.631,42	0,00	147.702,25	
Benefitorias Propriedades Terceiros	454.592,56	53.741,11	-360.631,42	0,00	147.702,25	
Terenos	87.761.600,00	0,00	0,00	0,00	87.761.600,00	
Napoleão de Barros, 715	14.800.000,00	0,00	0,00	0,00	14.800.000,00	
Napoleão de Barros, 726	489.000,00	0,00	0,00	0,00	489.000,00	
Napoleão de Barros, 754	7.650.000,00	0,00	0,00	0,00	7.650.000,00	
Napoleão de Barros, 800	4.600.000,00	0,00	0,00	0,00	4.600.000,00	
Napoleão de Barros, 875 Ap 1	399.000,00	0,00	0,00	0,00	399.000,00	
Napoleão de Barros, 589	255.000,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	
Napoleão de Barros 737	7.380.000,00	0,00	0,00	0,00	7.380.000,00	
Napoleão de Barros, 771/781	14.800.000,00	0,00	0,00	0,00	14.800.000,00	
Borges Lagoa, 778, 786 E 790	4.920.000,00	0,00	0,00	0,00	4.920.000,00	
Borges Lagoa, 777	3.880.000,00	0,00	0,00	0,00	3.880.000,00	
Borges Lagoa, 849	582.000,00	0,00	0,00	0,00	582.000,00	
Pedro de Toledo, 950	588.000,00	0,00	0,00	0,00	588.000,00	
Pedro de Toledo, 840	2.989.980,00	0,00	0,00	0,00	2.989.980,00	
Pedro de Toledo, 844	19.610.020,00	0,00	0,00	0,00	19.610.020,00	
Varpa, 40	327.600,00	0,00	0,00	0,00	327.600,00	
Botucatu, 806	471.000,00	0,00	0,00	0,00	471.000,00	
Mirassol, 300	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	
Borges Lagoa, 219	2.820.000,00	0,00	0,00	0,00	2.820.000,00	
Total do Imobilizado Próprio	224.371.055,04	13.168.607,38	-870.986,31	165,00	236.668.841,11	
Depreciação / Amortização: A depreciação é calculada sobre o valor recuperável, utilizando-se o método linear e taxas anuais mencionadas nesta Nota Explicativa que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos. As benfeitorias em propriedades de terceiros são amortizadas na vigência dos contratos de locação. Em 2016 a Depreciação Acumulada dos Ativos bem como seus valores líquidos apresentaram os resultados abaixo.						
Descrição	Saldo em 31/12/2015		Transfe-rência			Saldo em 31/12/2016
	Adição	Baixa	Baixa	rência		
Bens Móveis	-14.257.469,75	-3.263.103,32	317.605,00	0,00	-17.202.968,07	
Bens Imóveis	-8.053.447,29	-2.079.303,45	4.971,76	0,00	-10.127.778,98	
Amortização de Benfeitorias	-343.352,36	-93.976,39	360.631,42	0,0		

Table with columns for various categories (Veículos de Tração Mecânica, Edificações, Imóveis, etc.) and numerical values. Includes sub-sections like 'Benfeitorias em Propriedade de Terceiros' and 'Terrenos'.

3.16.1 - Imobilizado - Bens de Terceiros: O imobilizado de uso das unidades gerenciadas pela SPDM é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual.

Table titled 'Balancete consolidado dos Bens de Terceiros - Filiais' with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016.

Table titled 'Bens Imóveis Filiais' with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016.

Table titled 'Benfeitorias em uso - Unidade Helvetia' with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016.

Table titled 'Benfeitorias em Andamento - Unidade Helvetia' with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016.

Table titled 'Bens móveis e imóveis de terceiros' with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016.

Table titled 'Ajuste da vida útil econômica' with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016.

Table with columns for Descrição, Depreciação do Período, Transferência, Depreciação Acumulada, Valor líquido em 31/12/2016, and Taxas anuais médias de depreciação.

3.17 - Intangível: Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Para que seja assim classificado, os ativos intangíveis devem trazer benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo.

Table with columns for Descrição, Saldo em 31/12/2015, Adição, Baixa, Transf. rência, and Saldo em 31/12/2016. Includes sub-sections for 'Ativo Intangível' and 'Intangíveis Próprios'.

Table with columns for Descrição, Depreciação do Período, Transferência, Depreciação Acumulada, Valor líquido em 31/12/2016, and Taxas anuais médias de depreciação.

4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento...

Table with columns for Convênios, CNPJ nº, and R\$. Lists various agreements such as 'Convênio - 53774/2011 - NUBEC' and 'Convênio - 777588/12 - Projeto Dengue'.

Table with columns for Convênio, CNPJ nº, and R\$. Lists various agreements such as 'Convênio - 798360/2013 - Cuiabá' and 'Convênio nº 010/2009 São Paulo PSF'.

Continua ...



... Continuação CNPJ nº 61.699.567/0072-86

Contrato de Gestão nº 47/2015 - CER Leblon R\$ 47.372.902,65

4.3.2 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos (Valores de Longo Prazo): A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão e convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Valores a receber - convênios sobre contratos públicos a receber (Ativo não Circulante) e Valores de Terceiros - convênios sobre contratos públicos a realizar (Passivo não circulante). **4.4 - Receitas Anuladas do Exercício anterior:** Para ajustar os dados contábeis com o fluxo de caixa, a Instituição por vezes é obrigada a cancelar receita prevista de recebimento. Com relação às Receitas Anuladas do Exercício Anterior, o seu montante por vezes pode ser originado de ajustes realizados por glosa definitiva em recursos de convênios, cancelamento de pagamentos e outros. **5 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do *superávit* ou subtraído do *déficit* do exercício, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. O Patrimônio atual é composto pelo resultado da matriz da SPDM e as unidades Cantareira, Saúde Ocupacional e PAIS Administração. Assim, o patrimônio líquido atualmente não apresenta valores das unidades que possuem contrato de gestão e não possuem patrimônio, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que estabelece que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero" **6 - Adesão ao PROSUS:** Conforme Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013 regulamentada pela Portaria nº 535 de 08 de Abril de 2014 do Gabinete do Ministro, o Ministério da Saúde estabeleceu normas para a execução do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS). O PROSUS consiste na concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde, participam de forma complementar do SUS e se encontram em grave situação econômica e financeira. Para que fosse possível a adesão, considerou-se como grave situação econômica e financeira, a razão entre as dívidas consolidadas no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 31 de dezembro de 2013, e a receita bruta da entidade aferida no ano de 2013 seja igual ou superior a 15% (quinze por cento). Ante a possibilidade da remissão das dívidas vencidas e por preencher todas as condições exigidas, a SPDM protocolou tempestivamente seu pedido de adesão o qual foi aprovado conforme publicado no DOU através da PORTARIA Nº 866, de 11/09/2014, a qual deferiu, sob condição resolutive, nos termos do § 2º do artigo 30 da Lei nº 12.873/2013, os pedidos de Adesão ao PROSUS. Ante a aprovação pelo Ministério da Saúde, a Entidade constituiu processo junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no intuito de consolidar a dívida estimada em 60 milhões de Reais, sendo o processo também deferido dando-se assim, início à moratória com a suspensão do recolhimento por parte da SPDM do parcelamento Timemania e a alteração pela Receita Federal do motivo da suspensão da exigibilidade do pagamento da dívida que passou a ser: "Moratória PROSUS". A SPDM acredita que o volume de recursos recolhidos desde a adesão ao PROSUS e que irão fazer frente à Moratória já no final de 2016 foram mais do que suficientes para extinguir a dívida restando apenas à PGFN e à RFB o reconhecimento da quitação do débito. Como medidas tiveram que ser adotadas no sentido de obter tal reconhecimento, a SPDM julgou por bem deixar de transferir o passivo correspondente para obrigações de curto prazo, permanecendo o montante inalterado desde 2.015. **7 - Resultado do Exercício:** O Resultado do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial ao item 15: valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício, nos casos de convênios e contratos de gestão com órgãos governamentais tem sido em sua grande maioria "zero", face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Dessa forma, caso houvesse na apuração do resultado Déficit ou superávit, ou ainda parte deles que tenha restrição para aplicação, estaria reconhecida em conta específica do Patrimônio Líquido. Quando o resultado da operação é deficitário, o déficit nestes casos, encontra-se consignado na rubrica "Valores em Negociação - Contrato/Convênio". Em 31 de dezembro de 2016 a Associação apresentou um déficit de **R\$ 28.675.634,22** (Vinte e Oito Milhões Seiscentos e Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Vinte e dois Centavos) enquanto que em 2015 esse déficit foi de R\$ 12.437.236,46. **7.1. - Ênfase ao Resultado** A elevação constante dos preços dos insumos hospitalares, a alta do preço dos serviços tomados de terceiros, o dissídio coletivo que obriga o reajuste dos funcionários sem o reajuste do preço dos serviços, a insuficiência do financiamento das atividades operacionais, a falta de regularidade nos repasses dos recursos de convênios e serviços, vêm provocando desequilíbrio financeiro em algumas unidades da SPDM, principalmente em sua Matriz, que por questões estatutárias, históricas e sociais, é uma Instituição que tem seu pronto-socorro de portas abertas sendo um dos mais importantes hospitais da cidade de São Paulo, o Hospital São Paulo é responsável pela cobertura de uma área com mais de 5 milhões de habitantes somente na Grande São Paulo, atendendo, ainda, pacientes oriundos de outros municípios e estados do País pelo Sistema Único de Saúde. O Hospital São Paulo realizou 99,814% dos atendimentos ambulatoriais e 98,898% das internações medidas em paciente-dia à população atendida pelo SUS. Medidas de austeridade, a busca de financiamento, a adesão a programas de saneamento de dívidas fiscais promovidas pelo governo federal como a timemania e atualmente o PROSUS (conforme item 6 da presente Nota Explicativa), além de outras medidas que vem sendo adotadas, buscam a reversão do patrimônio que se encontra negativo, decorrente de déficits dos serviços de assistência médica e social, agravados nos três últimos exercícios. Tal realidade atinge a maioria das Entidades Filantrópicas de Saúde Brasileiras. Tais medidas evidenciam os esforços da Instituição no sentido de buscar a retomada do equilíbrio financeiro almejado pelo sucesso das medidas no sentido de assegurar a continuidade normal de suas atividades. as Demonstrações Contábeis do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. **8 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de Agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 765.531.232,45 Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor/Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **8.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em contas específicas de receita e despesa, montando em R\$ 634.005.274,98. Em 2015 a referida isenção, que também se encontra registrado em contas específicas, totalizou R\$ 576.444.738,09. **8.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em contas específicas de receita e despesa sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 10.796.042,18. Em 2015 o referido valor da isenção totalizou R\$ 9.851.354,89. **8-3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade, a qual se encontra classificada em conta específica, em 2016 alcançou o montante de R\$ 120.145.915,29. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 106.449.405,89. **8-4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor/Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2016 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2014 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2014 ConCepção e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. **9 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, as demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade do cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • as operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **11 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação

de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. as internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). A fim de cumprir o estabelecido, tomaremos por base, a matriz da SPDM, por ser esta a única unidade que tem convênio direto com o SUS, o Hospital Cantareira e a unidade Saúde Ocupacional por realizarem atendimentos privados, sendo ambas as únicas filiais para as quais não existem restrições (Contrato ou convênio) para aplicação dos recursos, sendo que, as demais filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios. Assim, a Associação através das três unidades realizou no ano de 2016 um total de 3.341.911 (Três Milhões, Trezentos e Quarenta e Um Mil Novecentos e Onze) atendimentos ambulatoriais, pronto-socorro, pronto atendimento e SADT, sendo que em 2.015 esse número foi de 3.355.806. as internações em 2.016 totalizaram 24.136 (Vinte e Quatro Mil e Trinta e Seis) enquanto que em 2.015 esse total atingiu 27.009. Dos totais apresentados no caso do atendimento Ambulatorial - PA, PS e SADT, 3.332.367 (Três Milhões Trezentos e Trinta e Dois Mil, Trezentos e Sessenta Sete) referem-se exclusivamente a pacientes do SUS enquanto que 9.544 (Nove Mil Quinhentos e Quarenta e Quatro) referem-se a pacientes particulares e de convênios o que quer significar que 99,714% do atendimento ambulatorial foi SUS e apenas 0,286% foi atendimento privado. Do outro valor apresentado, referente a Internações, 22.384 (Vinte e Dois Mil Trezentos e Oitenta e Quatro) referem-se exclusivamente a pacientes do SUS o que quer significar que 1.752 (um Mil Setecentos e Cinquenta e Dois) referem-se a atendimento particular ou convênio. Assim, chegamos a um percentual de internações da ordem de 92,741% SUS contra 7,259% de particular ou convênio. Medido em número de pacientes-dia o atendimento total foi da ordem de 160.666 (Cento e Sessenta Mil Seiscentos e Sessenta e Seis), sendo que 146.476 (Cento e Quarenta e Seis Quatrocentos e Setenta e Seis) referem-se a pacientes-dia das internações SUS e 14.190 (Quatorze Mil e Noventa e nove) em internações particulares e convênios. Desta forma, se medíssemos percentualmente o total de internações em pacientes-dia, o serviço prestado ao SUS alcançou o percentual significativo de 91,168% enquanto que o atendimento privado ou convênio foi de 8,832%. Assim, com base no artigo 32 parágrafo único da Portaria portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, que para verificação do atendimento ao percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS, seria apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares medidas por paciente-dia, por si só, o índice alcançado pela SPDM satisfaz plenamente a condição principal que trata o capítulo V da portaria portaria 834 de 27/04/2016. Conforme estabelece o artigo 36 da Portaria 1970 do Ministro da Saúde, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Podemos aplicar este dispositivo legal às atividades prestadas pelas unidades administradas pela Superintendência de Unidades Afiliadas. Sob a gestão da Superintendência das Instituições Afiliadas, a SPDM administra diversas unidades hospitalares que atendem basicamente pacientes do sistema SUS. São eles: Hospital Municipal Vereador José Stropólli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencio de São José dos Campos (HMCJFC), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Eurýclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU). Além dos diversos hospitais, a Superintendência dos Afiliados administra ainda os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (VilaGUILHERM), Rede Assistencial de Superv. Técnica de Saúde Butanta (REDE BUTAN) o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), SAMU 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJ/C) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME Parque), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME MOGI de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (IDOSO OESTE), AME Idoso Sudeste (IDO SUDESTE) o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO). Os Ambulatórios Médicos de Especialidades prestam atendimento assistencial especializado visando ao diagnóstico precoce de patologias, por meio de consultas ambulatoriais e realização de exames de apoio diagnóstico a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS sobreSPessoa O CAPS tem como finalidade a integralidade no tratamento de pessoas que sofrem com transtornos mentais - psicoses, neuroses graves e demais quadros. Os Núcleos e Centros de Saúde visam promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestada aos usuários do SUS na região com aporte de recursos financeiros para Conveniada para operacionalização da gestão das atividades e serviços de saúde. Outros serviços que também são prestados em unidades que integram as unidades Afiliadas, são as farmácias especializadas em assistência como a do AME Maria Zélia e outras de alto custo Campinas, Várzea do Carmo, Vila Mariana e Guarulhos. As unidades Afiliadas apresentaram em 2016 a seguinte produção:

Ames *	Dependência Química **		
Atendimento Ambulatorial	585.132	CAPS	138.788
Atendimento não Médico	100.560	Ações de Reabilitação Psicossocial	3.528
Atendimentos em Grupos	3.251	Acolhimento inicial/diurno de pacientes	21.917
Cirurgia ambulatorial	14.400	Atenção às situações de crise	3
Consulta Médica	21.022	Atendimento em grupo	3.425
Consulta Médica Especializada	345.376	Atendimento familiar	1.161
Consulta não Médica	24.775	Atendimento individual	3.971
Consultas odontológicas	177	Atendimento Médico	6.728
Procedimento Odontológico	6.107	Atendimento não Médico	17.800
Procedimentos terapêuticos (sessões)	16.277	Consulta Médica	9.098
Serviço de atendimento ao usuário	11.199	Consulta não Médica	62.203
Serviço Odontológico	1.232	Matriciamento em equipes de atenção básica	188
Serviço Social	9.498	Práticas corporais	3.045
Sessões de Fisioterapia	31.258	Práticas expressivas e comunicativas	5.721
Reabilitação	52.066	Conexão Recomeço	12.122
Consulta Médica	33.987	Atendimento não Médico	12.122
Consulta não Médica	17.715	Internações	2.622
Sessões de Fisioterapia	364	Nº de paciente dia	2.492
SADT	584.272	Saídas Hospitalares	130
Atendimento Serviço Social	3.562	Urgência Recomeço	30.714
Farmácias Alto Custo ****		Atendimento Médico	
Medicamentos Distribuídos	116.490.768	Atendimento Não Médico	
Outros Atendimentos Farmácia	87.338	Moradia Assistida	2.520
Pacientes Atendidos Programa Dose Certa	30.985	Nº de admissões	58
Polo de Triagem Administrativa	56.353	Nº morador dia	2.462
Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo	2.888.724	Centro de Convivência	119.534
Pacientes Atendidos Programa Medicamento em Casa	477.396	Atividades Físicas	7.760
Pacientes Atendimento Guichê/Presencial Alto Custo	1.224.686	Bate Pernas - Atividades Externas	1.708
Pacientes Atendimento Municipal - Alto Custo	690.282	Cuidados Pessoais	34.143
Pacientes Atendimento Processos Externos	7.073	Cultura e Artes	1.426
Pacientes Atendimento Triagem Programa Clínica TRS (Terapia Renal Substitutiva)	71.310	Grupo Terapêutico	757
Micro Região - Vila Maria/Vila Guilherme		Usuário Dia (plano de duas ou mais atividades)	36.653
Atendimento Ambulatorial	1.254.577	Usuário Total Centro De Convivência	37.087
Atendimento odontológico individual	88.866	Abordagem De Rua	8.345
Consulta Médica - UBSobreESF	389.897	Abordagens	6.597
Consulta não Médica	163.878	Encaminhamentos para internação	1.748
Nº de pacientes ativos em atendimento - EMAD	536	Centro de Integração e Cidadania	33.315
Procedimento Odontológico	495.109	Nº de Pessoas Atendidas	11.954
Visita Domiciliar	116.291	Nº de Grupos	1.458
Atendimento Ambulatorial Especializado	46.713	Nº de Sensibilizações	19.903
Atendimento não Médico	1.540	Centro de Reabilitação Lucy Montoro	
Consulta Médica Especializada	45.173	Consulta Médica	4.693
CAPS	12.450	Consulta não Médica	18.574
Ações de Reabilitação Psicossocial	1.386	Grupo - Atividade educativa	112
Acolhimento inicial/diurno de pacientes	393	Meios de locomoção fornecidos	363
Atenção às situações de crise	133	Oficinas	71
Atendimento em grupo	3.003	Órteses fornecidas	793
		Outros (Cadeira de banho, Palmilha, Tira, etc fornecidas)	127
Atendimento familiar	3.398	Pacientes atendidos - Atividade educativa	506
Atendimento individual	3.295	Procedimentos Médicos - Acompanhamento (Reabilitação)	262
		Próteses fornecidas	116
Matriciamento em equipes de atenção básica	133	Terapia/sessão - não Médica	23.018
Práticas corporais	461	rede assistencial de superv tecnica de saude butanta	248
Práticas expressivas e comunicativas	248	Atendimento Ambulatorial	434.670
Centro Especializado Odontológico	14.391	Atendimento odontológico individual	11.410
CD Protesista (Atendimentos)	4.217	Consulta Médica - UBSobreESF/PAI	146.442
Cirurgia Oral Menor (procedimentos)	1.393	Consulta não Médica-UBSobreESF/PAI	37.795
Endodontia (procedimentos)	974		
Ortopedia funcional dos maxilaresobre Ortodontia (Atendimentos)	749	Nº de Idosos em acompanhamento	663
Paciente Especial (procedimentos)	2.472	Procedimento Odontológico	34.342
Periodontia (procedimentos)	3.604	Visita Domiciliar UBSobreESF/PAI	204.018
Próteses e Aparelhos Ortodônticos (Peças entregue no mês)	982	Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	71.558
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	156.639	Consulta/ atendimento de urgência (PSobrePA)	71.558
Consulta/ atendimento de urgência (PSobrePA)	156.639	SADT	1.432
Reabilitação	14.867	Medicina do Trabalho - Afiliados SPDM	Nº de casos
novosobremês (avaliação multidisciplinar em reabilitação)	4.107	Atendimento Ambulatorial	108
CER	4.107	Consulta Médica	108
Nº pacientes em terapia/mês CER	10.760		

Continua ...



... Continuação		34.031	Atendimento	227	001/2013	Hospital Regional Araranguá	Hospital	Consulta Médica	80.845
SADT	Unidade de Referência Saúde do Idoso - URSI	12.451	Consulta Psicológica	220				Exames	93.458
Assistente Social		2.086	Reuniões e Palestras	7				Paciente Dia	26.631
Consulta Médica - URSI		3.335	Otorrino					Procedimentos Cirurgicos	3.491
Enfermeiro		3.372	Nº Procedimentos Cirúrgicos	659	Internações			Saída Hospitalar	7.263
Fisioterapeuta		946	Projeto Rede		001/2013 Total				211.688
Nutricionista		1.110	Nº de Alunos Atendidos	5.050	001/2016	Upa 5.3	Rio De Janeiro / Upa 5.3 João XXIII	Consulta Médica	138.239
Psicólogo		664	Nº de Auxiliar de Vida Escolar Ativos	844				Consulta Outros	
Terapeuta Ocupacional		938	Nº de Unidades Escolas Atendidas	743				Profissional Nível Superior	166.501
Programa Acompanhante da Pessoa com Deficiência		377	UTI Mandaqui					Exames	115.662
Nº de pacientes em acompanhamento APD		377	Gerenciamento de Leitos de UTI	36				Medicamentos Distribuídos	784.817
			Centro Estadual de Análises Clínicas Zona Leste	6.353.392				Procedimentos	313.569
			Samu Regional São José dos Campos					Consulta Médica	95.932
Hospitais ***			Atendimento Telefônico	164.079				Consulta Outros	
Atendimento Ambulatorial	1.529.483		Operação - Despacho	41.045				Profissional Nível Superior	146.146
Atendimento não Médico	913.032		Regulação Médica	44.273				Exames	79.939
Consulta Médica	581.771		Total Atendimento no local da ocorrência - com remoção	2.466				Medicamentos Distribuídos	463.856
Consulta não Médica	19.126		Total Atendimento no local da ocorrência - com remoção	28.711				Procedimentos	104.434
HD/Cirurgia ambulatorial	15.554		Total Atendimento no Local da Ocorrência: - Suporte Básico	37.093				Consulta Médica	124.211
Atendimento Domiciliar	2.000		Total Atendimento no local da ocorrência: - Suporte Avançado	3.952	001/2016 Total			Consulta Outros	134.569
Diárias de UTI	120.120				002/2012	Samu SC	Samu	Exames	78.385
Internação/Atendimento Domiciliar	5.338							Medicamentos Distribuídos	590.175
Aguardando Alta	5							Procedimentos	267.095
Cancelado	38								3.603.530
Deferido	172							Nº De Atendimentos Com Envio De Veículos (USA/USB/VIR/ Helicóptero)	146.871
Indeferido	9							Nº De Atendimentos Samu	
Internação / Atendimento Domiciliar	5.114							Nº De Chamadas Ao Samu	
Internações	970.017				002/2012 Total			Nº De Ocorrências Atendidas	326.293
Internação / Atendimento Domiciliar	6.924				002/2013	Hospital De Florianópolis	Hospital	Consulta Médica	118.063
Internações	36.277							Exames	232.300
Nº De Cirurgias	53.623							Paciente Dia	15.781
Nº de cirurgias (cesária, laqueadura e curetagem)	630							Procedimentos Cirurgicos	1.983
Nº De Paciente Dia	716.943							Saída Hospitalar	3.390
Nº De Partos	22.425				002/2013 Total				371.517
Saída Hospitalar	133.195				002/2016	Cer Santa Cruz	Cer Santa Cruz	Consulta Médica	235.914
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	1.702.475							Exames	264.014
Consulta/ Atendimento De Urgência (Ps/Pa)	1.637.677							Medicamentos Distribuídos	134.898
Pronto Socorro / Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	64.798							Visita Domiciliar Outros	
Reabilitação	29.540							Profissional Nível Superior	139.130
Atendimento Não Médico (Sessões De Fisioterapia)	12.343							Medicamentos Distribuídos	2.558.915
Consulta Médica	17.197							Paciente Dia	109.286
SADT	2.451.752							Procedimentos Cirurgicos	4.476
Transplantes	149							Saída Hospitalar	12.952
Transplante Córnea	60				002/2016 Total				3.459.585
Transplante Hepático	24				010/2009	Convênio SP	Estratégia Saúde Da Família	Consulta Médica	4.491
Transplante Medula Óssea	50							Consulta Outros	4.725
Transplante Renal	15							Profissional Nível Superior	4.725
Tratamento Especializado	61.977							Procedimentos	19.429
Nefro-Dialítico	9.173							Visita Domiciliar Do ACS	17.550
Quimioterapia	28.760				010/2009 Total				46.195
Radioterapia	20.607				012/2011 , 008/2013	Convênio SP	Residência Terapêutica	Usuários Cadastrados	16
Terapias Especializadas - Litotripsia	3.437				012/2011 , 008/2013 Total				16
Saídas Cirúrgicas	111.897				014/2015	SP Aricanduva Sapopemba São Mateus	Aricanduva / Sapopemba Sp	Aparelhos Ortodonticos / Próteses Entregues	1.812
Nº De Cirurgias	6.270							Atendimento Individual	
Nº De Paciente Dia	96.957							Consulta Enfermeiro	175.344
Nº De Partos	2.805							Consulta Médica	745.452
Saída Cirúrgica	5.865							Consulta Outros	
De modo semelhante, o mesmo princípio a que se refere o artigo 36 da Portaria 1970 do Ministro da Saúde, aplica-se às unidades administradas pela Superintendência do PAIS (Programa de Atenção Integral à Saúde), ou seja, a entidade que mantém sob sua gestão outras entidades, poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Programa de Atenção Integral à Saúde manteve a gestão dos convênios e contratos de gestão no exercício de 2016 em parceria com as diversas prefeituras no Estado de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, além do Estado de Santa Catarina. as unidades são: SAMU (PAIS SAMU) o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, junto à diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPJA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.Pessoa 3.2 (A.P 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENTO), Coordenação de Emergência Regional do Leblon - AP 2.1 (LEBLON 2.1), Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital PEDRO); Nas unidades que estão sob a gestão da Superintendência do PAIS, os atendimentos alcançaram os números descritos abaixo:									
Nº Contrato									
001/2009	Convênio SP		CAPS	Pacientes Em	4.247				
001/2009 Total					4.247				
001/2010	Convênio Diadema	Consultório Oftalmológico	Consulta Médica	7.202					
		Exames		5.493					
001/2010 Total					12.695				
001/2012	Convênio Diadema / SP	Estratégia Saúde Da Família	Consulta Médica	84.320					
			Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	38.108					
			Exames	3.803					
			Procedimentos	57.584					
			Visita Domiciliar Do Acs	71.307					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital Alexandre Zaio	Consulta Médica	147.078					
			Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	5.398					
			Exames	6.260					
			Procedimentos	237.999					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital Carmínio Caricchio	Consulta Médica	138.759					
			Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	6.628					
			Exames	6.842					
			Procedimentos	250.725					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital	Consulta Médica	126.342					
		Dr. Arthur Ribeiro De Saboya	Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	12.443					
			Exames	3.746					
			Procedimentos	180.097					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital	Consulta Médica	170.150					
		Dr. José Soares Hungria	Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	6.239					
			Exames	3.315					
			Procedimentos	261.845					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital Ermelino	Consulta Médica	184.256					
		Matarazzo Alípio Correa Neto	Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	10.931					
			Exames	5.036					
			Procedimentos	218.425					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital Tide Setubal	Consulta Médica	71.909					
			Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	3.772					
			Exames	2.196					
			Procedimentos	110.220					
		Assistência Médica Ambulatorial - Ama - Hospital Waldomiro De Paula	Consulta Médica	189.932					
			Consulta Outros						
			Profissional Nível Superior	9.104					
			Procedimentos	255.840					
			Consulta Médica	123.293					
001/2012 Total		Upa Santa Catarina			3.003.902				

Continua ...



... Continuação				pessoa com deficiência (física, mental/intelectual, sensorial) e seus familiares e população vizinha.	
		Famílias Cadastradas	74.064	CTO de Tecnol e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga	CTO De Tecnol e Inclusao P Pessoas
		Orientações Profissional Nível Superior		Nº ATENDIMENTOS	C Deficiência Visual
		Pacientes Em Acompanhamento	985	26.673	LINHA de ATENDIMENTO
		Procedimentos de Enfermagem	1.022.754	1.385	Apoio à Autonomia E Independência
		Procedimentos Odontológicos	359.498	3.912	Apoio à Educação
		Usuários Cadastrados	243.681	3.494	Lazer e Cultura
		Visita Domiciliar Do Acs	900.122	40	Orientação Familiar
			3.984.126	4.085	Serviço de Avaliação
CG 005/2015 Total				2.927	Nº de USUÁRIOS
CG 015/2015	SP Vila Prudente / São Lucas	Vila Prudente / São Lucas		1.055	Nº de usuários Novos (Matriculados)
		Cirurgias	65	1.475	Nº de Usuários Novos Deficientes
		Consulta Enfermeiro	52.310	1.352	Nº de Usuários Novos Não Deficientes
		Consulta Médica	244.062	328	Total de Usuários Atendidos
		Consulta Outros		1.389	Nº EVENTOS
		Profissional Nível Superior	41.460	1.317	Oficinas
		Exames	44.421	2.516	Nº PARTICIPANTES
		Famílias Cadastradas	24.036	449	Oficinas
		Pacientes Em Acompanhamento	174	949	
		Partos Realizados	133	Nº de USUÁRIOS	
		Procedimentos de Enfermagem	205.800	1.236	Nº de usuários Novos (Matriculados)
		Procedimentos Odontológicos	148.418	287	Nº de Usuários Novos Deficientes
		Usuários Cadastrados	82.775	950	Nº de Usuários Novos Não Deficientes
		Visita Domiciliar Do ACS	344.957	4.589	Total de Usuários Atendidos
			1.188.611	Nº EVENTOS	
CG 015/2015 Total				400	
CG 04/2015	SP Perus, Pirituba	Perus / Pirituba		92	
		Consulta Enfermeiro	165.016	7	
		Consulta Médica	1.033.266	9	
		Consulta Outros		202	
		Profissional Nível Superior	94.388	54	
		Exames	144.951	13	
		Famílias Cadastradas	90.415	32	
		Pacientes em Acompanhamento	1.562	Nº PARTICIPANTES	
		Procedimentos de Enfermagem	1.186.909	1.668	
		Procedimentos Odontológicos	328.510	10	
		Usuários Cadastrados	318.280	1.080	
		Visita Domiciliar Do ACS	1.187.070	725	
			4.550.367	328	
CG 04/2015 Total				448	

CG 04/2015 Total

Fontes: TABNET SMS-SP; TABNET SMS-RJ; SAMU SC; BPA; TABNET DATASUS; Registro da Unidade. **Notas:** Diadema - Centro Oftalmológico: Exames realizados: Ceratometria, Fundoscopia, Gonioscopia, mapeamento de Retina e teste Ortópico, Convênios 016/2019, 001/2019, 010/2019, 012/2011 e 008/2013 viegntes até Abril de 2016 Em decorrência da lógica dos sistemas DATASUS, os dados podem ser atualizados em até três meses após a transmissão das informações, UPA 5.3 Paciência - Consultas Médicas: Apuração de Janeiro e Março realizada conforme registro da Unidade, devido inconsistência no TABNET, Os serviços CER Santa Cruz e HMPPII compõem o Complexo Hospitalar Pedro II, deste modo as consultas e exames realizados no Hospital Pedro II são lançados No sistema BPA da CER Santa Cruz. **Área de Assistência Social:** Dentro do Centro de Tecnologia e Inclusão são desenvolvidas atividades de inclusão social e profissionalizante, como cursos de braille, libras, mobilidade e orientação, oficina escola, Laboratório oratório de imagem, orientação e aconselhamento profissional, cursos de administração, reCEPcionista, orçamento familiar, workshop sobre direitos das pessoas com deficiências x empresas, artes cênicas, condicionamento físico. O Centro de Tecnologia e Inclusão tem seus atendimentos voltados para

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas: Da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezesete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino/SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medeiros in a de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados:** Superintendentes: Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Enio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11.11.2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia:** Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2.016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica Da Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (VilaGUILHERM), Rede Assistencial de

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina. A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (VilaGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AMEPQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistência Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistência - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistência - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistência da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS PA/P.S (PA/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENTOS), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

"Relatório dos Auditores Independentes"

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de Dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme itens 3.15, 05 e 07 das Notas Explicativas, a Entidade vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios, resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo". As Demonstrações Contábeis deste exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. A Entidade continua com o esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio social e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria des-

12 - Exercício Social: Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.

Presidente da S.P.D.M.

Enio Santos - Contador - CRC 1SP148.483/O-2

Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME Parque), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistência Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistência - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistência - STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistência da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS PA/P.S (PA/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENTOS), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Enio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de Abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira / Prof. Dr. José Osmar Medeiros in a de Pestana / Sr. José Eduardo Ribeiro / Dr. Agenor Pares

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Em conformidade com o artigo 46 do Estatuto Social da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Tenc. Da Saúde Vila Maria/ Vila Guilherme (VilaGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME Parque), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José dos Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga , CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual , Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistência Vila Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistência - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistência - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistência da Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS PA/P.S (PA/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENGENHO DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GESTÃO EVENTO), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 13 de Abril de 2.017. Prof. Dr. Carlos EdvalBuchalla / Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta / Profa. Dra. Ruth Guinsberg.

critos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela eLaboratório oração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a eLaboratório oração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na eLaboratório oração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na eLaboratório oração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de eLaboratório oração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, **Continua...**



... Continuação

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe

incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 30 de março de 2017

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 / CNAI/SP - 1619
Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 / CNAI/SP - 1620

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.779.145/0001-90

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)				Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)			
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	96.060	3.522	Fornecedores	13	194.389	178.697
Aplicações financeiras	6	3.417	5.782	Empréstimos e financiamentos	14	385.993	73.473
Recurso de subvenções para investimentos	17	13.395	8.465	Salários, férias e contribuições sociais	15	260.744	280.353
Contas a receber	7	74.286	77.325	Impostos e contribuições sociais parcelados	16	3.377	2.263
Estoques	8	5.543	8.140	Impostos e contribuições a recolher		23.172	19.477
Valores a receber - Precatório	9	113.953	-	Subvenções para investimentos	17	13.395	8.465
Outros créditos		2.412	1.739	Outras contas a pagar	18	38.847	32.436
Total do ativo circulante		309.066	104.973	Subvenção a pagar - devolução OSS	19	5.343	8.300
Não circulante				Conta corrente a pagar	19	86.008	57.978
Depósitos judiciais		9.013	4.677	Total do passivo circulante		1.011.268	661.442
Aplicações financeiras	6	-	13.753	Não circulante			
Valores a receber - Precatório	9	-	105.128	Fornecedores	13	-	6.221
Certificado de Potencial Adicional de Construção	10	60.662	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	196.845
Propriedades para investimentos	11	397.664	307.732	FGTS anterior a 1989	15	4.857	4.789
Outros créditos		6.312	3.052	Impostos e contribuições sociais parcelados	16	13.111	14.120
		473.651	434.342	Provisão para riscos e processos judiciais	20	19.365	15.227
Imobilizado	12	282.073	319.262	Subvenções para investimentos	17	18.496	20.350
Intangível		7.828	9.601	Outras contas a pagar	18	4.558	5.927
Total do ativo não circulante		763.552	763.205	Total dos passivos não circulantes		60.387	263.479
Total do ativo		1.072.618	868.178	Patrimônio líquido	21		
				Reserva de reavaliação		143.961	147.939
				Ajuste de avaliação patrimonial	11	237.327	217.636
				Déficits acumulados		(380.325)	(422.318)
				Total do patrimônio líquido		963	(56.743)
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.072.618	868.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)					
	Nota	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação Patrimonial	(Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		151.917	-	(273.074)	(121.157)
(Déficit) do exercício		-	-	(153.222)	(153.222)
Outros resultados abrangentes					
Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	11	-	217.636	-	217.636
Total do resultado abrangente			217.636	(426.296)	(56.743)
Realização da reserva de reavaliação		(3.978)	-	3.978	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		147.939	217.636	(422.318)	(56.743)
Superávit do exercício		-	-	38.015	38.015
Outros resultados abrangentes					
Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	11	-	19.691	-	19.691
Total do resultado abrangente			237.327	(384.303)	963
Realização da reserva de reavaliação		(3.978)	-	3.978	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		143.961	237.327	(380.325)	963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ("Irmandade"), sociedade civil beneficente sem fins lucrativos, tem como atividade principal a prestação de assistência médica através de suas unidades hospitalares: Hospital Central, Hospital Santa Isabel, Hospital Geriátrico Dom Pedro II, Escola de Enfermagem, Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental, Hospital Municipal São Luiz Gonzaga e Centro de Saúde Escola Barra Funda Dr. Alexandre Vranjac. A Irmandade administrou até abril de 2016, mediante um contrato de gestão com a Prefeitura do Município de São Paulo o Hospital Municipal São Luiz Gonzaga com dotação orçamentária de R\$ 32.920. Findo o contrato de gestão a Irmandade passou a administrar mediante contratos de convênio firmados com a Prefeitura do Município de São Paulo em maio de 2016: (a) Hospital Municipal São Luiz Gonzaga; (b) Centro de Saúde Escola Barra Funda "Dr. Alexandre Vranjac", com dotações orçamentárias para o exercício findo em 31/12/2016 de R\$ 61.885 e R\$ 4.073, respectivamente cujo período de gestão findará em 30/04/2021. Para o período a findar-se em 31/12/2017, a verba orçada pela Prefeitura do Município de São Paulo, é de R\$ 102.832 e R\$ 7.168, respectivamente. As verbas orçadas e aprovadas mediante a contratos de convênios pela Secretaria de Estado da Saúde e de integração ao Sistema Único de Saúde - SUS para o período a findar-se em 31/12/2017 são de R\$ 264.241 e R\$ 140.799, respectivamente. A Irmandade administrou até abril de 2016, mediante contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo, as seguintes OSSs: (a) Pronto Socorro Municipal ("PSM") Santana - Dr. Lauro Ribas Braga; e até junho de 2016 (b) PSM Barra Funda - Álvaro Dino de Almeida, com dotações orçamentárias de R\$ 10.657 e R\$ 11.459, respectivamente. A Irmandade administrou até abril de 2016 a Microrregião Jaçanã/Tremembé, que é composta por 11 Unidades Básicas de Saúde - UBSs e 1 Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, especificamente para os projetos denominados Programa de Saúde da Família da Região Norte, mediante contratos de convênio firmados com a Prefeitura Municipal de São Paulo, com dotações orçamentárias de R\$ 22.029 e R\$ 7.284 respectivamente. **1.1. Plano de Administração:** O ano de 2016 foi de grandes desafios, trabalho intenso e muito sucesso para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, pois avançamos bastante no nosso objetivo de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da instituição, mantendo a qualidade do atendimento à população necessitada, mesmo com sérias limitações dado o cenário da economia brasileira no ano. A nova administração, que se iniciou em maio de 2015, atuou firmemente desde o início do segundo semestre de 2015 e conseguiu reduzir perdas, encerrando aquele ano com um EBITDA negativo de R\$ 59 milhões, que ao longo de 2016 foi revertido e terminamos o exercício com um EBITDA positivo de R\$ 126 milhões. Já o Patrimônio Líquido evoluiu substancialmente de uma posição negativa em R\$ 56 milhões em 2015 para um resultado positivo de R\$ 1 milhão, graças a um ganho importante na administração do nosso patrimônio imobiliário, que ajudou a reverter o déficit em 2015 de R\$ 153 milhões para um superávit de R\$ 38 milhões em 2016. O projeto original de reestruturação da Santa Casa foi estruturado no final de 2015 e contava com um aporte de R\$ 360 milhões a serem disponibilizados em abril de 2016, permitindo a renegociação das dívidas bancárias e com fornecedores. Dada a complexidade da negociação deste empréstimo, o recurso só foi liberado em dezembro de 2016, gerando vários atrasos nos projetos planejados para o ano, que resultaram em redução da captura de benefícios no exercício, bem como manutenção de um custo alto dos empréstimos bancários existentes, além e impactar negativamente o abastecimento dos hospitais, e, por conseguinte, a sua produção e a geração de resultados conforme orçamento. O ano de 2016 gerou um desafio adicional para a operação do nosso hospital privado, Hospital Santa Isabel, que atende pacientes particulares e de convênios, dada a perda de vidas seguradas por estes últimos e a forte recessão do país, com isso vimos a recuperação da receita do hospital ocorrer em ritmo mais lento do que esperado e aceleramos implementamos as medidas de otimização de custos. **Nova Governança Corporativa, focada em eficiência de gestão:** Apesar do caixa restrito, sem os recursos de financiamentos de longo prazo objetivados inicialmente, os projetos de eficiência operacional do ano de 2016 foram executados em boa medida, nas filiais: Hospital Santa Isabel, Hospital Central, Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) e Hospital Municipal São Luiz Gonzaga (HMSLG). Além disso, houve a devolução de contratos de operação de unidades de saúde para a administração da Prefeitura de São Paulo (Microrregião Jaçanã/ Tremembé, PSFCO, Pronto Socorro Barra Funda e Pronto Socorro Municipal Lauro Ribas Braga), o que possibilitou uma grande simplificação na gestão das unidades e consequente redução do número de colaboradores. Suportado pela revisão de processos e implantação do sistema de Prontuário Eletrônico em toda a área ambulatorial e de exames (clínicos e de imagem) do Hospital Central, geramos aumento de 30% no faturamento destas atividades e maior eficiência dos recursos humanos. Além disso, intensificamos a centralização corporativa de toda a gestão das áreas de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Engenharia, Suprimentos, e Es-

toques, com ganhos em padronização de processos e melhoria de controles, permitindo também redução de custos. Destaca-se que o resultado da Irmandade poderia ter sido maior, não fosse o contingenciamento de 10% das receitas orçadas para 2016 em convênio com o Estado de São Paulo. Vale ressaltar uma melhoria substancial na gestão de nosso patrimônio imobiliário, com revisão de processos e organização, o que permitiu a regularização de uma série de imóveis, bem como o desenvolvimento de projetos, que permitiram uma melhoria relevante da posição dos nossos ativos. **Captação de recursos de R\$ 360 milhões:** Tendo em vista que os recursos de R\$360 milhões foram disponibilizados pela Caixa Econômica Federal somente a partir de dezembro de 2016, boa parte das otimizações operacionais vislumbradas anteriormente estão sendo executadas no início de 2017, de forma que os reflexos positivos aparecerão ao longo de 2017 e mais plenamente somente no exercício de 2018. A reestruturação das dívidas com bancos foi executada ainda em dezembro de 2016, alongando o perfil da dívida e reduzindo seu serviço mensal, porém a negociação com fornecedores foi iniciada em dezembro e deve se estender até abril, quando projetamos não só eliminar a dívida existente, mas também atingir um novo patamar de custos de aquisição com concentração de fornecedores e melhor processo de planejamento de abastecimento. **A implantação completa dos projetos que permitirão a geração de EBITDA de R\$ 44,2 milhões em 2017, sendo os principais:** • Aumento da produção do Hospital Santa Isabel, com a normalização do abastecimento e melhorias operacionais. • Aumento de captações por doações e emendas parlamentares, dados os resultados e a transparência da nova administração, a recuperação da imagem da Santa Casa e a estruturação de projetos para a participação da sociedade. • Término da implementação do Prontuário Eletrônico em toda a instituição, perenizando novos processos e atingindo ganhos de eficiência e controle. • Suprimentos - renegociações para quitar a dívida com os fornecedores, consolidação de fornecedores e melhor planejamento de abastecimento. • Investimentos programados de R\$8,1 milhões em tecnologia da informação, materiais semi permanentes e reformas de instalações. • Desmobilizar ativos ao longo de 2017, com o objetivo de reduzir endividamento e equacionar a necessidade de caixa para o ano de 2017. Baseado nos resultados atingidos até o momento, temos convicção que com seriedade e profissionalismo, mantendo as diretrizes do plano de reestruturação, o alinhamento com nosso corpo de colaboradores e a convergência de propósitos com o poder público federal, estadual e municipal, atingiremos o objetivo maior de recolocar de forma sustentável a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em posição de destaque, como uma das principais Instituições de Saúde do Estado de São Paulo no atendimento de saúde pública, além de referência nacional em ensino e pesquisa, proporcionando a equalização financeira e garantindo a continuidade operacional da Irmandade. **2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa (CNPJ principal) e das OSSs (CNPJs de filiais) que são geridas pela Irmandade, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSSs. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Provedoria e Mesa Administrativa da Irmandade em 05/04/2017 e aprovada pela Assembleia Geral em 26/04/2017. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado; e as propriedades para investimentos mensuradas ao valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Irmandade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Irmandade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/12/2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 7 -** provisão para devedores duvidosos; • **Nota explicativa 3.d -** valor residual do ativo imobilizado; • **Nota explicativa 20 -** provisão para contingência. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Irmandade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Irmandade. • **Ao mensurar**

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)			
Receitas	Nota	2016	2015
Receitas com subvenções para custeio e contratos de gestão hospitalar	22	255.570	249.173
Receitas de convênios e de assistência ao Sistema Único de Saúde - SUS	23	251.494	259.120
Receitas de convênios e particulares	24	131.941	124.598
Receitas de alugueis		27.105	30.517
Outras receitas	25	22.715	69.819
Receita com trabalhos voluntários	3.p	1.310	1.457
		690.135	734.684
Custos com medicamentos materiais e serviços médicos		(136.702)	(156.823)
Lucro bruto		553.433	577.861
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos	26	(453.490)	(538.581)
Despesas gerais e administrativas	27	(77.245)	(95.186)
Depreciações e amortizações		(18.610)	(19.422)
Despesas com trabalhos voluntários	3.p	(1.310)	(1.457)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	104.512	(5.082)
		(446.143)	(659.728)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras		107.290	(81.867)
Receitas financeiras		19.758	13.347
Despesas financeiras		(101.142)	(87.987)
Resultado financeiro, líquido	29	(81.384)	(74.640)
Superávit (déficit) do exercício proveniente de operações em continuidade		25.906	(156.507)
Operações descontinuadas			
Superávit do exercício proveniente de operações descontinuadas	4.a	12.109	3.285
Superávit (déficit) do exercício		38.015	(153.222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	38.015	(153.222)
<i>Itens que não serão reclassificados para o resultado</i>		
Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	19.691	217.636
Resultado abrangente	57.706	64.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	38.015	(153.222)
Superávit (déficit) do exercício	38.015	(153.222)
Ajuste por		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	36.763	31.440
Juros e multas sobre encargos em atraso	21.756	18.344
Juros sobre parcelamentos	4.544	3.652
Juros e multa em fornecedores	18.450	22.196
Atualização do valores a receber - Precatório	(8.825)	(34.253)
Certificado de Potencial Adicional de Construção	(60.662)	-
Atualização de valor justo de propriedades para investimentos	(47.847)	-
Depreciações e amortizações	18.610	19.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	3.909	7.191
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	2.905	42.683
Custo residual de propriedades de investimentos baixadas	1.473	893
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	4.138	4.988
Superávit (déficit) do exercício ajustado	33.229	(36.782)
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução das contas do ativo		
Contas a receber	(870)	18.595
Estoques	2.597	2.859
Depósitos judiciais	(4.336)	(254)
Outros créditos	(3.933)	5.314
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores	(8.979)	604
Salários e contribuições sociais	(41.365)	57.498
FGTS - anterior a 1989	68	29
Impostos e contribuições parcelados	(4.439)	(5.809)
Impostos e contribuições a recolher	3.694	4.423
Subvenção a pagar - devolução OSS	(2.957)	8.300
Conta corrente a pagar	28.030	57.978
Outras contas a pagar	5.042	(44.903)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.781	67.852
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	11.188	(728)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e itens do intangível	(667)	(5.948)
Aquisições de bens de propriedades para investimento	(5.737)	(2.022)
Subvenções para investimentos	3.060	1.990
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	7.844	(6.708)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	435.552	42.510
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(321.557)	(73.178)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - amortização de juros	(35.082)	(31.280)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	78.913	(61.948)
Aumento(redução)de caixa e equivalentes de caixa	92.538	(804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.522	4.326
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	96.060	3.522
Aumento(redução)de caixa e equivalentes de caixa	92.538	(804)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras o valor justo de um ativo ou um passivo, a Irmandade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas em técnicas de avaliação. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 11 -** Propriedade para investimentos; • **Nota explicativa 33 -** Instrumentos financeiros. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Irmandade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes, pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Irmandade, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há evidência de que a Irmandade não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **b. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o mercado e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utiliza-

continua >